



Autor: Zé Manel

Tânia Margarida Caetano Simões

## *Quatro Meses na Prisão*

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação da Professora Doutora Sílvia Portugal, apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2009



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Tânia Margarida Caetano Simões

## *Quatro Meses na Prisão*

Relatório de Estágio no âmbito do Mestrado em Sociologia, sob orientação da Professora Doutora Sílvia Portugal,  
apresentado à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2009



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



## AGRADECIMENTOS

São muitos aqueles que gostaria de homenagear, os motivos são igualmente diversos, mas sobretudo porque acredito que “todas as pessoas levam um pouco de nós e deixam um pouco de si”. Não sendo possível, mencionarei os que mais contribuíram para a realização deste trabalho e o término de uma etapa tão importante da minha vida pessoal e académica. Considerem-se homenageados todos os que passaram pela minha vida deixando uma parte de si.

Quero expressar os meus agradecimentos...

À Doutora Sílvia Portugal, orientadora de estágio, pelas valiosas sugestões, críticas e apoio prestado no decorrer desta etapa.

À Dr.<sup>a</sup> Emília Gouveia, supervisora de estágio, pela atenção e disponibilidade que sempre demonstrou.

Aos técnicos de reeducação pelos ensinamentos e carinho com que me receberam, em especial ao Dr. Carlos Varelas, à Dr.<sup>a</sup> Ângela e à Dr.<sup>a</sup> Elsa.

Ao Professor Jorge e ao Padre Germano, agradeço os bons momentos que me proporcionaram.

A todos os funcionários do EPC pela preciosa ajuda e pela forma como fui recebida.

À Carina, companheira de estágio, agradeço os momentos partilhados e ajuda prestada.

Às minhas colegas de curso e amigas, Andreia, Joana, Cláudia e Dina, pelo companheirismo e partilha de tantos momentos.

Aos meus amigos, dos momentos bons e menos bons.

Ao Sérgio, impulsionador deste estágio, e a toda a minha família. Em especial aos meus avós.

Aos meus pais e irmão, pela pessoa que sou hoje e pelo que têm feito por mim, sem vocês não seria possível.

Ao meu companheiro de todas as horas com um pedido de desculpa pelos desabafos, pela falta de tempo e pelo adiar dos nossos sonhos. Obrigada por acreditares em mim, pelo apoio incondicional e pelos bons momentos.

A ti, estejas onde estiveres, porque te recordo saudosamente.

Aos “meus reclusos” por tornarem este estágio tão especial e por me ensinarem a olhar para vós de outra forma prendendo-me a vocês. Principalmente aos que participaram neste trabalho (cujos nomes são fictícios) e ao Zé Manel por me ceder o quadro que se encontra na capa deste relatório. Desejo-vos que as grades não sejam nunca um impedimento para o sonho mas motivação para a conquista da liberdade e de um futuro melhor.

## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	1
1. A PRISÃO.....	3
1.1.A prisão como instituição total .....	3
1.2. O Estabelecimento Prisional de Coimbra.....	7
1.3. A população reclusa do EPC .....	14
1.4. O trabalho social em meio prisional.....	16
1.5. Quatro meses na prisão: história(s) de um estágio no EPC .....	20
2. A REINCIDÊNCIA .....	32
2.1. Crime e sociedade .....	32
2.2. Um estudo sobre a reincidência.....	35
2.2.1. Estratégia metodológica .....	37
2.2.2. Apresentação e discussão dos resultados.....	41
CONCLUSÃO .....	55
BIBLIOGRAFIA .....	59
ANEXOS	

## NOMENCLATURA

DGSP	Direcção Geral dos Serviços Prisionais
EPs	Estabelecimentos Prisionais
EPC	Estabelecimento Prisional de Coimbra
FEUC	Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
IRS	Instituto de Reinserção Social
RAVI	Regime Aberto Voltado para o Interior
RAVE	Regime Aberto Voltado para o Exterior
TRS	Técnico Superior de Reeducação
TEP	Tribunal de Execução de Pena
DL	Decreto - Lei
HUC	Hospitais da Universidade de Coimbra
ERSUC	Empresa de Resíduos Sólidos Urbanos de Coimbra
SEE	Serviços de Educação e Ensino
SIP	Sistema de Informação Prisional
CAT's	Centros de Atendimento a Toxicodependentes

## RESUMO

Este relatório é o resultado de um estágio curricular de quatro meses no Estabelecimento Prisional de Coimbra, no âmbito do Mestrado em Sociologia. O estágio teve uma componente mais prática, de observação e participação nas tarefas diárias dos Serviços de Educação e uma componente de investigação.

Ao nível da investigação foi desenvolvido um estudo sobre a reincidência cujo objectivo era perceber as suas causas fazendo uma análise qualitativa. Este tema é importante do ponto de vista sociológico e é pertinente para a instituição, uma vez que não há dados sobre o assunto e esta análise pode ser útil para uma maior efectividade do trabalho de reinserção realizado com os reclusos.

Foram realizadas doze entrevistas semi-directivas a reclusos reincidentes. A amostra foi escolhida a partir de uma caracterização sociográfica da população reincidente, com base nas seguintes variáveis: idade, habilitações, estado civil, profissão, nacionalidade, concelho de residência, número de prisões, crimes cometidos e duração das penas. Foram seleccionados indivíduos de idades e habilitações distintas e que representassem os três crimes identificados como os mais dominantes: os crimes ligados ao tráfico de estupefacientes, os crimes de furto e roubo e os crimes de homicídio. A informação das entrevistas foi completada com fontes documentais, com o testemunho dos técnicos e com o trabalho de observação que desenvolvi ao longo do estágio.

A informação empírica recolhida no trabalho de investigação, a par das actividades quotidianas nos Serviços de Educação, permitiu traçar um perfil do recluso reincidente e discutir o papel da prisão como sistema reabilitador.

## ABSTRACT

This report is the result of a curricular training of four months at Estabelecimento Prisional de Coimbra, under the Master's in Sociology. The training had a more practical component, of observation and participation in the daily tasks of Education Services and a research component.

At the level of research was conducted a study on recurrence whose aim was to understand its causes by doing a qualitative analysis. This issue is important from a sociological point of view and it is relevant to the institution, since there is no data on the subject and this analysis can be useful for a greater effectiveness of the rehabilitation work carried out with the inmates.

Twelve interviews were conducted to recidivist inmates. The sample was selected from a sociographic characterization of the recidivist population, based on the following variables: age, education, marital status, occupation, nationality, county of residence, number of arrests, crimes and duration of punishment. There were selected individuals of different ages and abilities and who represented the three crimes identified as the most dominant: the crimes linked to drug trafficking, crimes of theft and robbery and crimes of murder. The information from interviews was supplemented by documentary sources, with the testimony of the technicians and the work of observation that I developed during the training.

The empirical information collected in research work, along with the daily activities in Education Services, has allowed to set a profile of the recidivist inmate and to discuss the role of prison as rehabilitation system.

## INTRODUÇÃO

No âmbito dos estágios curriculares dos 2<sup>os</sup> Ciclos de Estudos da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (FEUC), mais concretamente do Mestrado de Sociologia, este estágio realizou-se no Estabelecimento Prisional de Coimbra.

O objectivo destes estágios é “oferecer ao estudante uma primeira experiência profissional, na fase final dos 2<sup>os</sup> Ciclos de Estudos da FEUC, possibilitando-lhe simultaneamente uma mais fácil inserção no mercado de trabalho.”<sup>1</sup>

Consistem numa permanência mínima de 16 semanas, correspondentes a 560 horas de trabalho efectivo na entidade de acolhimento, durante o qual o/a estagiário/a deve desempenhar um conjunto de actividades consideradas relevantes para o seu ingresso na realidade laboral e para a entidade de acolhimento. Assim o estágio decorreu entre 5 de Janeiro e 23 de Abril, entre as 9h e as 12.30h e as 14.00h e as 17.00h, de segunda-feira a quinta-feira.

Estive inserida na equipa dos Serviços de Educação. Esta equipa é composta por sete técnicos, assistentes sociais, que durante a execução da medida privativa de liberdade, acompanham os reclusos, em articulação com outros serviços, de forma a serem criadas as condições necessárias a uma futura reinserção social. Estabelece-se um plano individual de tratamento dos detidos, em que se motiva os reclusos a tirarem partido das valências que a instituição oferece, ou seja, são motivados a estudar, trabalhar e a participar em actividades desportivas e actividades socioculturais consoante os seus gostos e aptidões, bem como projectos futuros. O meu trabalho foi supervisionado pela Dr.<sup>a</sup> Emília Gouveia, na altura, coordenadora dos Serviços de Educação.

A escolha do Estabelecimento Prisional de Coimbra para a realização do estágio teve por base a motivação pela temática da reclusão, a vontade de desenvolver capacidades de análise e interpretação face à realidade prisional e perceber o trabalho desenvolvido pelos técnicos.

O cumprimento de uma pena não se reduz a um castigo exemplar, mas antes a um trabalho árduo no sentido de melhorar as competências pessoais e sociais dos reclusos, para que no regresso à liberdade a sua reinserção social seja uma realidade e se afastem do ilícito. Os indivíduos em reclusão continuam a ser um elemento

---

<sup>1</sup> Regulamento de Estágios Curriculares e Projectos Profissionalizantes 2<sup>o</sup> Ciclo de Estudos da FEUC

integrante da sociedade, assim, neste relatório, é a estas personagens que pretendo dar um lugar de destaque.

O presente relatório começa por discutir, no primeiro capítulo, o conceito de prisão como instituição total proposto por Goffman. Posteriormente apresenta uma breve caracterização do Estabelecimento Prisional de Coimbra tendo em conta a sua história, o seu modelo arquitectónico, classificação, estrutura orgânica formal e as respostas institucionais. Segue-se a caracterização da população reclusa, neste ponto apresenta-se a distribuição desta população por idade, nacionalidade, distrito, profissão antes da reclusão, tipo de crime cometido, sector ocupacional na prisão, reincidentes ou primários, graus de ensino que frequentam na prisão e cursos de formação profissional que frequentam em meio prisional. Ainda no primeiro capítulo, faz-se referência ao serviço social em meio prisional onde se descreve a sua origem e a intervenção técnica no EPC, para que se perceba o trabalho dos técnicos de reeducação e por conseguinte algumas das tarefas realizadas durante o estágio. Por fim faço um balanço dos quatro meses na prisão onde descrevo o trabalho realizado no âmbito do estágio mas também teço considerações acerca do vivido e observado durante este período.

O segundo capítulo, diz respeito ao trabalho de investigação desenvolvido durante o estágio, sobre a temática da reincidência. Começo por discutir o que é o desvio e o crime. Seguidamente, apresento o estudo empírico fazendo referência à estratégia metodológica utilizada para depois apresentar os resultados e a sua discussão.

Por último, a conclusão apresenta um balanço de todo o processo de estágio e da investigação realizada, levantando desafios para trabalhos futuros a desenvolver nesta área.



## I. A PRISÃO

### I.1. A prisão como instituição total

Ao longo da história existiram várias formas de castigar e punir, algumas subsistiram em determinados países. Os castigos corporais, o exílio, a deportação, a pena de morte, os trabalhos forçados e a privação de liberdade são os marcos fundamentais da evolução da classificação penal. Para caracterizar esta evolução da classificação penal e do sistema prisional, recorrerei sobretudo à caracterização de Gonçalves (1993).

Até ao início do século XVIII o combate à criminalidade, em todo o mundo, traduzia-se em castigos corporais e a morte. Com o advento da Revolução Francesa e as ideias que a precedem acentua-se a necessidade de acabar com estes suplícios e reservar a pena de morte para casos de violência extrema (assassinatos), punindo de outra forma. Era necessário que a punição deixasse de ser instrumento de vingança para ser instrumento de justiça.

Recorrendo ao referido por Foucault (citado por Gonçalves, 1993) as punições em geral e a prisão provêm de uma tecnologia do corpo, assumindo-o como objecto de suplicio físico ou representando o espírito de (re)educar. Assim, a prisão é resultante de um processo político de controlo e segurança interna do grupo social, em que o condenado é objecto de submissão ao poder punitivo e, simultaneamente, exemplo didáctico para o povo.

A prisão é uma instituição repressiva, preocupada com o comportamento dos reclusos, cuja gestão passa pela uniformização de regras internas e a necessidade de manter o seu equilíbrio. É considerada instituição total pois, como define Goffman, “Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. As prisões servem como exemplo claro disso, desde que consideremos que o aspecto característico de prisões pode ser encontrado em instituições cujos participantes não se comportaram de forma ilegal” (Goffman, 2003:11).

Segundo Goffman toda a instituição tem tendências de “fechamento”. Entre as diferentes instituições da nossa sociedade ocidental, é possível observar que, umas são

muito mais “fechadas” que outras. Este “fechamento” ou carácter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico – por exemplo: portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos.

As instituições totais da nossa sociedade podem ser classificadas segundo cinco grupos: há instituições criadas para cuidar de pessoas incapazes ou inofensivas (casas para velhos, órfãos e indigentes). Há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional (sanatórios para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários). O terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colónias e grandes mansões – moradias de empregados. E por último, os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos, de que são exemplo as abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (Goffman, 2003:16).

Uma disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes co-participantes, sob diferentes autoridades e sem um plano racional geral. Sendo aspecto central das instituições totais descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam estas três esferas da vida. Todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade; cada uma das fases da actividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de pessoa; todas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Todas as actividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma actividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de actividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. E as várias actividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objectivos oficiais da instituição. Nestas instituições existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado, denominado

por grupo dos internados, e uma equipe de supervisão. Geralmente, os internados vivem na instituição e têm contacto restrito com o mundo existente fora de suas paredes (Goffman, 2003:17).

A prisão sofreu modificações significativas desde o seu aparecimento, provenientes da própria evolução societal. Gonçalves (1993) identifica quatro dimensões desta evolução: semântico-linguística (as disposições legais devem ser redigidas de forma que não suscitem dúvidas); legislativa (contempla sobretudo o cumprimento efectivo de prisão e as medidas alternativas a esta ou ainda as medidas de flexibilização da pena); arquitectónica e no tratamento penitenciário (elaborando planos individuais de acompanhamento, consoante as características da pena a cumprir e preocupando-se com a adaptação à prisão).

No século XIX dá-se o primeiro passo para a defesa dos direitos do cidadão/delinquente/recluso, visto que até aqui lhe era negada a sua “humanidade”. E é desde este momento que se tem vindo a reconhecer que não basta isolar os indivíduos da sociedade para prevenir a criminalidade. Tem de existir um processo de reeducação pelo trabalho, instauração de actividades recreativas e pela promoção de um bem-estar (possível intra-muros) para a transformação da personalidade e aquisição de competências interpessoais, sociais e de trabalho capazes de permitir o sucesso na retoma da liberdade. O tratamento penitenciário (combinação entre o internamento em segurança e a ampla reeducação social) começa a entender-se como um meio, e não um fim, no processo de aprendizagem (Gonçalves, 1993).

Com todas estas transformações implementaram-se várias medidas para estabelecer a comunicação mais ou menos sistemática entre um meio fechado e o meio social aberto (concessão de saídas precárias, colocação dos reclusos em regime aberto, concessão de liberdade condicional, protocolos com entidades exteriores para obtenção de formação, etc). Estes factores evolutivos contribuíram para se olhar a prisão como estando enquadrada no seio da comunidade social de que é um parceiro interveniente, como qualquer outra empresa empregadora de mão-de-obra, transformadora de matérias-primas e produtora de bens (Gonçalves, 1993).

A prisão actual já não se pode remeter ao isolamento institucional, tende a perder o seu nimbo de fortaleza intransponível, tanto de dentro para fora como de fora para dentro, na tentativa de serem menos opressivas e mais reabilitadoras (Gonçalves, 1993). Assim, tem vindo a ser questionada a pertinência do modelo de

Goffman<sup>2</sup> (Cunha, 2002). A “mortificação do eu” também foi atenuada, pois a autonomia do eu, ainda que severamente restringida pelos mecanismos próprios da reclusão, ganhou pequenas, mas significativas margens, de que é exemplo a autorização da televisão nas celas e não apenas nas salas de convívio ou o facto de o modo como o uniforme é usado ter deixado de ser regulamentado a um nível de detalhe que outrora visava a estandardização máxima (Cunha, 2002).

O presente trabalho mostra que na análise da prisão é importante não perder de vista o modelo de Goffman. As características de instituição total permanecem, como se verá, no funcionamento da instituição, na definição e uniformização das suas regras internas, na sua arquitectura, etc. No entanto, existem, hoje, tal como os autores acima referidos evidenciam, sinais de abertura ao exterior, atenuação das barreiras com o exterior e práticas que contribuem para uma menor “mortificação do eu”.

---

<sup>2</sup> A este propósito pode-se ver, por exemplo, Lemire (1990) e Farrington (1992).

## I.2. O Estabelecimento Prisional de Coimbra

### *Origem e classificação do EPC*

A construção de grandes estabelecimentos prisionais iniciou-se em finais do século XVII e início do século XVIII. As primeiras apreciações para a criação de uma penitenciária em Coimbra ocorreram a 4 de Outubro de 1873. Foi a Câmara Municipal de Coimbra que escolheu como local o Colégio de Tomar na Quinta de Santa Cruz no “Bairro Santana” – Sé Nova. Em 1889 foi criada a Cadeia Geral Penitenciária de Coimbra e respectivo quadro administrativo (decreto de 12/12/89). Em 1909 começou a ser mobilada e em 1911 recebeu os primeiros 10 reclusos. Posteriormente foi comunicado à Direcção Geral dos Negócios da Justiça que as instalações estavam preparadas para cerca de 80 reclusos.

A designação de Cadeia Geral Penitenciária de Coimbra é alterada para Cadeia Nacional pelo decreto-lei n.º 823 de 4/08/1914. Com a lei n.º 428 de 31/08/1915 foram construídas oficinas. Mais tarde, o decreto-lei n.º 6048 de 26/08/1919 introduz uma nova alteração à designação da cadeia passando a chamar-se Prisão – Oficina de Coimbra. Mas em 1932 foi alterada novamente para Cadeia Penitenciária de Coimbra. Em 1981 foi estabelecida, definitivamente, a designação de Estabelecimento Prisional de Coimbra (E.P.C.).

Os estabelecimentos prisionais em Portugal classificam-se mediante três categorias: centrais, regionais e especiais (Decreto-lei 265/79 de 1 de Agosto).

O E.P.C. é classificado de Estabelecimento Prisional Central (Decreto-lei n.º 265/79 de 1 de Agosto, nos termos do disposto no n.º 1, alínea b e n.º 3, do artigo 158) e Misto: Central devido à natureza das penas e das medidas privativas de liberdade (duração superior a 6 meses) e Misto porque conjuga o Regime Aberto Virado para o Interior com o Regime Aberto Virado para o Exterior. Sendo um estabelecimento central goza de autonomia administrativa, comportando serviços técnicos e administrativos (Decreto-lei n.º 265/79 de 1 de Agosto, art. 181, n.º 1).

O Regime Aberto Virado para o Interior (R.A.V.I.) é concedido pelo Director do estabelecimento prisional e dá ao recluso a possibilidade de exercer actividades dentro do perímetro do estabelecimento, sob vigilância moderada, e de beneficiarem de medidas de flexibilização da pena. O Regime Aberto Virado para o Exterior (R.A.V.E.)

é concedido pelo Director-Geral dos Serviços Prisionais aos reclusos que, após cumprimento de parte substancial da pena, pretendem trabalhar, estudar, frequentar cursos de formação profissional ou seguir um programa de tratamento de toxicodependência no exterior.

### Arquitectura

O EPC é caracterizado por ser um Estabelecimento fechado de construção celular. A sua disposição estrutural permite a total visibilidade dos comportamentos, criando nos reclusos a ideia de que, a qualquer momento, poderão estar a ser vigiados.

A base desta construção segue o modelo arquitectónico proposto por Bentham<sup>3</sup>: sistema panóptico, que assenta no primado da vigilância, caracterizado por torres centrais de onde partem alas que albergam os reclusos em celas colocadas umas em frente das outras, em vários pisos.

O EPC é composto por: um edifício virado para a via pública, que comporta, no r/chão: o operador telefónico, os serviços de inspecção, a sala de arrumos e sala de informática. Na cave encontram-se a cantina e bar. No primeiro andar situam-se o gabinete de Contabilidade, a Secção de Pessoal e os Serviços de Educação e Ensino.

Há um pátio, em que do lado esquerdo está a camarata dos indivíduos que se encontram em regime aberto virado para o exterior<sup>4</sup>, o Serviço de Psicologia, serviços clínicos e o parlatório. Separado por este pátio encontram-se quatro grandes alas, cuja construção forma uma cruz, tendo ainda, entre braços, outras quatro alas mais curtas. Na ala da entrada estão os gabinetes da Direcção, os Serviços Administrativos, a Secção da Justiça, a sala do Conselho Técnico e o gabinete da chefia de guardas. Na ala A existem celas de arrecadação e, nos pisos superiores, salas de aula, o gabinete de Serviço Clínico, Enfermaria, camaratas dos guardas, depósito de roupa e calçado e a sala de teatro. Um gradão de ferro fecha esta ala e dá acesso ao octógono, chamado “coração” da cadeia, de onde são vigiadas as diferentes alas que irradiam deste ponto e

---

<sup>3</sup> Jeremy Bentham foi um filósofo e jurista inglês. Em 1789, concebeu o sistema panóptico, que foi pensado como um projecto de prisão modelo para a reforma dos encarcerados.

<sup>4</sup> Estes indivíduos saem de manhã para trabalharem no exterior e só regressão ao fim do dia, após o horário laboral. As suas camaratas não se situam na chamada “área de reclusão”, por fazerem parte de um regime diferente dos restantes reclusos, que implica rotinas igualmente diferentes.

constituem a chamada “área de reclusão. A ala E contém 163 celas; as alas C e G têm respectivamente 42 e 54 celas. As outras quatro alas pequenas, dispostas entre estas, têm um pequeno número de celas habitáveis (as alas B, D, A têm 2 celas; a ala F tem 4 celas). Na cave existem celas de castigo para cumprimento de infracções disciplinares. No segundo andar, e na confluência das hastes da cruz, situam-se a capela e a sacristia. Entre as alas A e G (do lado nascente) situam-se a cozinha, anexos e refeitório dos reclusos; entre as alas A e C (lado poente) fica o Ginásio com equipamentos cedidos pela Associação Académica de Coimbra, com quem foi assinado um protocolo; entre as alas G e E (nascente) há uma pequena área de agricultura e um parque de estacionamento, entre C e E (poente) encontram-se os campos desportivos. No topo da cruz estão as oficinas, num edifício separado e adaptado às actividades laborais.

### *Estrutura orgânica formal do EPC*

Para a descrição da estrutura organizacional que caracteriza este Estabelecimento Prisional, recorri ao decreto-lei n.º 268/81 de 16 de Setembro que promulga a lei orgânica da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) e ao decreto-lei n.º 125/2007 de 27 de Abril.

A DGSP tem por missão assegurar a gestão do sistema prisional, a segurança e a execução das penas e medidas privativas de liberdade, assegurando condições de vida compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social, através da manutenção da segurança da comunidade e criando condições de reinserção social dos reclusos para que conduzam a sua vida de forma socialmente responsável<sup>5</sup>.

O EPC como estabelecimento central goza de autonomia administrativa. São órgãos dos estabelecimentos centrais e especiais o director, o conselho técnico e o conselho administrativo<sup>6</sup>.

O Director está directamente dependente do director-geral, é equiparado, para todos os efeitos legais, a director de serviços e é apoiado por técnicos superiores que desempenham funções de adjuntos<sup>7</sup>. Ao Director compete orientar e coordenar os serviços de vigilância, educação, ensino, assistência social, trabalho, formação e

<sup>5</sup> Art. n.º2 do decreto-lei n.º 125/2007 de 27 de Abril

<sup>6</sup> Art. n.º 44 do decreto-lei n.º 268/81 de 16 de Setembro

<sup>7</sup> Art. n.º 46 do decreto-lei n.º 268/81 de 16 de Setembro

aperfeiçoamento profissional dos reclusos. Devem representar o estabelecimento, presidir aos conselhos técnicos internos, presidir ao conselho administrativo, distribuir o pessoal pelos diversos serviços, dar as instruções e ordens de serviços, exercer o poder disciplinar que legalmente lhe compete relativamente aos funcionários e aplicar aos reclusos as medidas disciplinares que por lei lhes competirem<sup>8</sup>.

O Conselho Técnico Externo é presidido pelo Juiz do Tribunal de Execução de Penas (TEP) e composto pelos seguintes elementos: o Director, o técnico da Direcção Geral de Reinserção Social, o Técnico Superior de Reeducação, o Chefe da Secretaria e o Chefe de Guardas, onde todos proferem o seu parecer. No entanto, o Juiz pode convocar a presença de outros membros que considere importantes (por exemplo os médicos), os advogados também podem estar presentes e os reclusos são ouvidos antes da sua apreciação de liberdade condicional uma vez que se podem opor ou ter algo a acrescentar que considerem favorável ao parecer. O Conselho Técnico Interno é presidido pelo Director e são ouvidos os mesmos membros excepto o Juiz e o técnico da Direcção Geral de Reinserção Social. É da competência do Conselho Técnico avaliar os planos individuais de readaptação; emitir pareceres sobre a conveniência de propor aos tribunais alterações das situações prisionais; pronunciar-se sobre a aplicação de medidas disciplinares aos reclusos, quando a lei exija ou o director achar necessário; dar parecer sobre assuntos que sejam submetidos à sua apreciação pelo juiz do TEP como refere o artigo n.º. 49 do decreto-lei n.º. 268/81 de 16 de Setembro.

O conselho administrativo é constituído pelo Director e por dois chefes de repartição, designadamente pelo chefe de repartição dos Serviços Económicos de Contabilidade e Tesouraria e repartição da Administração de Pessoal, Reclusos e Assuntos Gerais. As suas tarefas consistem em examinar contas, requisitar fundos e ordenar pagamentos; verificar a arrecadação de receitas e conferir o cofre; examinar os documentos de despesas e decidir sobre a sua aprovação; estabelecer directrizes sobre os preços dos artigos produzidos na instituição e a oportunidade da sua venda; administrar a cantina e elaborar os projectos de orçamento e prestar contas, como consta no artigo n.º. 51 do decreto-lei n.º. 268/81 de 16 de Setembro.

Os estabelecimentos centrais dispõem ainda de serviços operativos e de apoio, segundo o artigo 52 da mesma lei, são serviços operativos os de educação e ensino e

---

<sup>8</sup> Art. n.º 47 do decreto-lei n.º. 268/81 de 16 de Setembro



de vigilância e segurança. São serviços de apoio a Repartição da Administração de Pessoal, Reclusos e Assuntos Gerais; a Repartição de Serviços Económicos, de Contabilidade e de Tesouraria; o Serviço de assistência médica e o serviço de Tesouraria.

Aos serviços de Vigilância e Segurança compete a manutenção da segurança do estabelecimento prisional e vigiar os reclusos que nele se encontram; vigiar e acompanhar os reclusos nas saídas para o exterior; cumprir e fazer executar as determinações superiores no que se refere especialmente à segurança e vigilância e colaborar com os restantes serviços do estabelecimento. No EPC existem 129 guardas, 14 subchefes e 1 chefe. Entre estes, 10 são mulheres e duas ocupam o cargo de subchefes.

À Repartição da Administração de Pessoal, Reclusos e Assuntos Gerais cabe a organização e actualização do caderno e registo biográfico dos funcionários e dos ficheiros, arquivos e processos dos reclusos sobretudo quando se verificam saídas precárias, transferências e hospitalizações; recepção e expedição de correspondência; organização de processos referentes às prestações sociais de que sejam beneficiários os seus familiares; relatar e emitir pareceres sobre assuntos da sua competência que tenham de ser remetidos a consideração superior e por último, fornecer à Repartição de Serviços Económicos, de Contabilidade e de Tesouraria os elementos necessários ao processamento das folhas de vencimento de pessoal.

A Repartição de Serviços Económicos, de Contabilidade e de Tesouraria elabora projectos de orçamento do Estado e de receitas próprias conforme os programas definidos pelo conselho administrativo e garante a sua execução; requisita e deposita fundos, cobra despesas e promove pagamentos; elabora as contas de gerência; escritura e mantém actualizados os livros de contas correntes orçamentais e as contas correntes dos reclusos; processa os vencimentos dos funcionários; fiscaliza as actividades económicas; propõe aquisições e vendas; processa as remunerações aos reclusos, entre outras (Art. nº 58 do decreto-lei nº. 268/81 de 16 de Setembro).

Segundo o Art. nº 59 do decreto-lei referido anteriormente é da competência dos Serviços de Assistência médica dar satisfação às exigências de profilaxia e tratamento dos reclusos.

O artigo seguinte do mesmo decreto define como obrigações do Serviço de Assistência Religiosa a assistência moral e espiritual aos reclusos, celebrar actos de

culto e colaborar com os outros serviços. Assim existe um capelão da igreja católica, mas existe ainda apoio por parte de outras entidades religiosas e voluntários que dão apoio moral aos reclusos.

### *Oferta de respostas institucionais*

Os reclusos que se encontram aptos para trabalhar podem fazê-lo mediante uma remuneração, num dos seguintes sectores: escritório das oficinas, alfaiataria, salão de vendas, oficina de empalhadores, encadernação, entalhadores, estofaria, desenho, carpintaria, marcenaria, latoaria, mecânica, bate-chapas, pintura, polidores, serração e serralharia, gabinete de desenho, sapataria, barbearia, cozinha, lavandaria, cantina, limpezas. A este nível as queixas dos reclusos recaem sobre os salários baixos e a falta de trabalho nas oficinas, visto não existirem muitas encomendas do exterior. Existem protocolos com identidades exteriores para os reclusos que estão em RAVE poderem trabalhar fora do EPC, de que são exemplo os protocolos com os HUC, ERSUC, Câmara Municipal de Coimbra, Universidade de Coimbra e Câmara Municipal da Lousã. Este regime abrange um número muito reduzido de reclusos, pois é necessário que tenham cumprido parte substancial da pena e reúnam outras condições necessárias, de que são exemplo o “bom comportamento” tanto no EPC como nas saídas precárias.

Podem também enriquecer as suas habilitações literárias, mediante a frequência dos graus de ensino ministrados: 1º, 2º e 3º ciclo, ensino secundário e ensino superior. Ou frequentando cursos de formação profissional promovidos em diversas áreas, em que os interessados têm de se candidatar e submeter-se a provas de selecção. Ligadas à escola existem actividades educativo-ocupacionais, tais como: a música, a biblioteca e o desporto, embora estas desenvolvam também actividades de amplitude transversal a todos os reclusos. Contudo, faltam incentivos financeiros para os que frequentam a escola. Assim, o trabalho remunerado é concorrente da formação, dado que permite a obtenção de um salário. Do mesmo modo, os cursos de formação profissional são mais atractivos por serem remunerados.

Decorrem actividades desportivas e socioculturais promovidas pelos educadores com a colaboração de outros profissionais, nomeadamente professores e destinadas à participação dos reclusos. Entre as actividades desportivas temos: a

cultura física desportiva, basquetebol, actividade física terapêutica, ténis de mesa, futsal, remo indoor, competições (atletismo, damas, futsal, sueca, remo indoor e basquetebol) e jogos de sala (damas, xadrez e dominó). Ao nível das actividades socioculturais constam: artes expressivas (festivais e teatro), artes plásticas, leitura e escrita (divulgação de obras), projecto educativo (dramatização de textos), exposições (ex: de espantalhos), desenvolvimento pessoal e social (acções no âmbito da saúde), trabalhos gráficos, formação pessoal e outros eventos de que são exemplo as festas de Natal. Estas actividades têm qualidade e são realizadas com muito empenho por parte dos técnicos, professores e reclusos mas só têm expressão junto de um grupo restrito de reclusos, tendo em conta que englobam quase sempre os mesmos participantes.

Outros cuidados essenciais, assegurados pelo EPC, são os cuidados de saúde, existindo uma equipa de médicos e enfermeiros. Este acompanhamento dos reclusos é feito pelos serviços de clínica geral, psicologia e psiquiatria. Há também uma equipa responsável pela área da toxicodependência que motiva os reclusos a fazerem os tratamentos, lideram o programa de metadona<sup>9</sup> e o programa de antaxone<sup>10</sup> e facilitam a estes o programa de tratamentos promovidos pelos CAT's (Centros de Atendimento a Toxicodependentes). Apesar de este apoio ser bastante elogiado pelos reclusos parece haver poucos profissionais para que seja feito um acompanhamento mais intensivo.

---

<sup>9</sup> A metadona é um fármaco narcótico do grupo dos opióides utilizado principalmente no tratamento dos toxicodependentes de heroína e outros opióides, tendo um efeito mais prolongado que a heroína. É um poderoso analgésico que se toma apenas uma vez ao dia não causando sintomas de "ressaca", sendo esta a sua grande propriedade. É administrada por via oral e permite um melhor controlo sanitário.

<sup>10</sup> Usado no tratamento da dependência aos opiáceos e como adjuvante na prevenção de recaídas de alcoólicos tratados.

### 1.3. A população reclusa do EPC

*“Aqui estamos muito isolados e não trocamos afectos. Depois, lá fora, não sabemos como reagir quando nos abraçam a chorar.”*

*(António, sobre a sua saída precária.)*

O Estabelecimento Prisional de Coimbra acolhe indivíduos condenados, exclusivamente do sexo masculino, em medida privativa de liberdade superior a seis meses. Tem capacidade oficial para 421 reclusos, no momento alberga 361 reclusos, no entanto este número sofre alterações quase todos os dias com a saída e entrada de novos reclusos.

A nível etário encontramos indivíduos entre os 20 e os 70 anos. No entanto é a faixa dos 31 aos 35 anos aquela que tem maior representatividade, seguida da faixa dos 36 aos 40 anos. Os intervalos de idades que possuem um menor número de reclusos são o dos 66 a 70 anos e o menor ou igual a 20 anos. Podemos então concluir que a média de idades é igual a 36,1 (Anexo 1).

Quando analisadas as nacionalidades dos reclusos verifica-se que 90,6% (327) são de nacionalidade portuguesa. Havendo, no entanto, 34 reclusos estrangeiros de 14 nacionalidades diferentes. Assim, depois de Portugal, os países mais representados no EPC são Cabo-Verde e Roménia (Anexo 2).

A maioria dos reclusos é proveniente do Distrito de Coimbra (22,06%), Porto (17,48%) e Aveiro (16,62%). Ainda que haja reclusos provenientes de vários pontos de Portugal Continental e Regiões Autónomas poderá dizer-se que grande parte dos reclusos são da região centro (Anexo 3).

Ao analisarmos as profissões, e tendo por base a classificação nacional de profissões, verifica-se que é no Grande Grupo 7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares que se situa o maior número de reclusos (110 indivíduos),

seguido do Grande Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores (64 indivíduos). Também o Grande Grupo 3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio reúne um número significativo (47), não sendo de descorar ainda o Grande Grupo 9 – Trabalhadores Não Qualificados com 23 representantes (Anexo 4).

Os crimes cometidos com maior frequência são os crimes contra a propriedade com um registo de 29,29%, os Crimes contra a vida com 16% e os crimes regulados pelo DL.15/93 de 22 de Janeiro (correspondente a posse e tráfico de droga) que foram cometidos por 8,71% (Anexo 5).

São considerados reincidentes 91 reclusos (25%), os outros 270 (75%) são primários (Anexo 6).

Há 153 reclusos com ocupação laboral no interior da prisão. Estes encontram-se distribuídos pelas oficinas do EPC onde se produzem bens que são vendidos no salão de vendas, aberto a visitantes/consumidores do exterior, outros produzidos para o próprio Estabelecimento (ex. fardas dos reclusos) e há bens que são produzidos para entidades exteriores (ex. forras para macas). Os sectores que absorvem mais trabalhadores são a faxinagem onde se encontram 40 indivíduos, a secção de obras composta por 25 indivíduos e a serralharia com 16 reclusos (Anexo 7).

Frequentam a escola 111 reclusos distribuídos pelos diferentes graus de ensino ministrados (Anexo 8) e 43 reclusos encontram-se a tirar formação profissional num dos cursos existentes no momento: Carpintaria e Limpos; Electricidade e Instalações; Pintura e Construção Civil; Instalações e Reparação de Computadores (Anexo 9).

Em Janeiro de 2009 estavam no programa de metadona 81 reclusos, 42 reclusos em controlo analítico e 3 em avaliação para decisão terapêutica.

## I.4. O trabalho social em meio prisional

*“Ele queria tanto ver a avó e já não a vê com vida...que o deixem vir.”*

*(Palavras da mãe do Mário a informar a morte da avó. Os técnicos têm um papel importante de mediação entre as famílias e os reclusos.)*

Em 28 de Maio de 1836 com o decreto-lei nº 26/643 abriu-se caminho para a criação do Serviço Social nas prisões, deixando ser apenas resultado da boa vontade da população para com os delinquentes.

Em 1942 foram recrutados orientadores sociais para desenvolverem programas de actividades nos EPs. Dois anos mais tarde, o TEP, consciente da necessidade de conhecer os réus quanto à sua situação socioeconómica e profissional para que as penas sejam mais justas, considera serem precisos funcionários especializados que fizessem averiguações imprescindíveis para que as penas se adequassem a cada recluso em particular, de modo a proceder-se a um tratamento penitenciário individualizado mais eficaz.

Através do DL nº 383/86 de 8 de Agosto, em 1951, o TEP estipulou que os EPs com mais população deviam dispor de Assistentes Sociais e Auxiliares Sociais que “estudem” os presos, dinamizem as suas relações com a família, os acompanhem durante o cumprimento da pena e preparem a sua saída em liberdade.

Nasce o Serviço Social Prisional, conforme o DL nº 408/56 de 24 de Novembro, em 1956. O Ministério da Justiça remodelou a orgânica dos serviços prisionais. Dando maior autonomia à assistência social criando uma inspecção de orientação, coordenação e fiscalização ao nível das actividades dos assistentes e auxiliares sociais. A Assistência Social deixou de ficar dependente dos Serviços Prisionais, ficando dependente da DGSP.

Iniciou-se em 1977, uma nova reforma dos Serviços Prisionais, Decreto – lei nº 265/79 de 1 de Agosto, com a qual se criou os SEE e a Carreira de técnicos de Educação pelo Decreto-lei nº268/81 com a função de organizar e dinamizar reuniões com os reclusos, para promover o seu nível sócio-cultural, acompanhar a execução da

pena, aconselhar sobre o trabalho dentro da instituição e ajudarem na sua integração, detectar necessidades, facultar meios de informação, dar pareceres legalmente exigidos e superiormente solicitados.

Ainda em 1981, a orgânica dos Serviços Prisionais sofre alterações nos Serviços Operativos e de Apoio com incidência nos sectores de trabalho, educação, ensino, serviço social e formação profissional, em que se promove a intervenção de especialistas em meio prisional (assistentes sociais, psicólogos, psiquiatras, professores).

Em 1982, surge o IRS (Instituto de Reinserção Social) para concretizar e assessorar muitas das actividades reconhecidas ao Serviço Social, este novo serviço possui uma área de intervenção mais ampla, articulando-se com outros órgãos do EP. A carreira de Técnicos de Educação e Ensino extingue-se a 18 de Setembro de 1991, e é criada a carreira de Técnico Superior de Reeducação com o DL n.º 349/91 de 18 de Setembro. Nesta reformulação nota-se uma preocupação em dotá-lo de características e metodologias mais científicas, remetendo para segundo plano o papel de animador sociocultural, que até então prevalecia.

O sucesso do tratamento penitenciário está em grande parte dependente da relação que o técnico estabelece com o recluso, devendo haver um esforço para que seja uma relação de confiança, em que exista uma atitude de não julgamento. Que recorra ao diálogo, tolerância e respeito mútuo.

No EPC existem sete técnicos de Reeducação aos quais compete um conjunto diversificado de actividades e tarefas, necessárias para responder aos pedidos dos reclusos, apoiar a sua vida no interior da prisão e estabelecer a relação com o exterior<sup>11</sup>.

Podemos destacar duas vertentes no trabalho realizado pelos técnicos, um trabalho de interacção com os reclusos e um trabalho mais burocrático. Das tarefas ligadas ao trabalho de interacção com os reclusos fazem parte as entrevistas de acolhimento e de acompanhamento, a elaboração de planos individuais de readaptação, os pareceres de saídas precárias, os relatórios de liberdade condicional, as fichas de mobilidade e o desenvolvimento de actividades relacionadas com os pelouros de que são responsáveis. Apesar de algumas destas tarefas terem uma componente de trabalho administrativo, todas elas envolvem um contacto prévio com os reclusos para

---

<sup>11</sup> A este propósito ver o conteúdo funcional e actividades do Técnico Superior de Reeducação em anexo (Anexo 10).

serem desempenhadas. Para além destas actividades, os técnicos têm, ainda, que desenvolver diversas tarefas de carácter mais burocrático, das quais falarei mais adiante.

Relativamente ao trabalho de interacção, a entrevista de acolhimento é uma peça fundamental. Esta é orientada por um modelo/guião criado pela DGSP, contudo, pode-se dizer que é semi-directiva. Esta entrevista deve-se realizar logo que o recluso entra no EPC (prazo máximo de 72h) e pode ser marcante, quer para o recluso quer para o educador, este primeiro encontro. É neste momento que se dão a conhecer as regras institucionais bem como as funções do técnico de reeducação e se recolhem diversas informações relativas à sua história de vida e ao crime.

A entrevista de acompanhamento (“atendimentos”) é não directiva e destina-se sobretudo à avaliação da adaptação e integração do recluso à prisão, bem como, a sua orientação para que tire partido das suas competências consoante as ofertas institucionais. Esta entrevista pode ser solicitada pelo técnico ou pelo recluso, sempre que este precise de orientação, de conversar, de tratar assuntos pessoais ou institucionais, obter informações sobre a sua situação penal, entre outras.

Os planos individuais de readaptação são elaborados a partir de um diagnóstico das necessidades por áreas específicas, que resulta da avaliação do recluso e contempla objectivos a alcançar, acções a desenvolver, o tempo previsível para a sua aplicação e recursos necessários para a sua concretização. Estes planos individuais são definidos pelo recluso e o seu técnico, em comum acordo, e o recluso assume o compromisso de respeitar os objectivos propostos para uma readaptação de sucesso.

Os pareceres de saídas precárias são dados em Conselho Técnico. Há dois tipos de saída precária: a prolongada e a de curta duração. As saídas precárias prolongadas são concedidas pelo Juiz do TEP em Conselho Técnico Externo (16 dias por ano) e as saídas de curta duração são atribuídas pelo Director em Conselho Técnico Interno (48h trimestrais), após o recluso já beneficiar das anteriores.

Os relatórios de Liberdade Condicional são compostos por vários parâmetros: identificação; situação jurídico-legal; antecedentes pessoais, criminais e prisionais; evolução durante o cumprimento da pena e perspectivas de reinserção social, este relatório é enviado para o TEP antes do Conselho Técnico Externo onde o Juiz do TEP decide se o recluso vai em liberdade condicional.



As fichas de mobilidade resumem-se na descrição da situação jurídica/penal actual do recluso, da situação familiar, da saúde, do percurso em meio prisional, da ordem e disciplina e do motivo da transferência.

Os “educadores” também são responsáveis pelos vários pelouros: desporto, escola, voluntariado, teatro, biblioteca, toxicodependência, música e formação profissional.

Para além deste trabalho, os técnicos executam tarefas mais burocráticas, de que são exemplo as tarefas administrativas diárias, como distribuir e arquivar expediente (pedidos de atendimento, pedidos de dinheiro do fundo de reserva, ordens de serviço, pedidos de saídas precárias), fazer cartões-de-visita (para que os familiares e amigos dos reclusos possam visitá-los) e a participação nas reuniões dos Conselhos Técnicos Internos e Externos.

## I.5. Quatro meses na prisão: história(s) de um estágio no EPC

*“A frescura e a brisa?”  
(Perguntava o Paulo pelas estagiárias.  
Talvez o nosso papel também seja esse,  
levar “ar fresco” à prisão.)*

Quando cheguei pela primeira vez ao Estabelecimento Prisional de Coimbra, não estava certa se era aquela a entrada. A arquitectura, os portões imponentes, dão-nos de imediato a ideia do intransponível. Perguntei ao jardineiro <sup>12</sup>se estava no sítio certo e prontamente o guarda abre o portão perguntando-me o que procuro. É este episódio que marca a transposição da primeira barreira. A minha chegada é, assim, marcada pela máxima segurança e vigilância. Todos os que entram têm de se identificar e serem autorizados a entrar, depois passam pelo detector de metais e são-lhes retirados os telemóveis e outros objectos não autorizados. Estes são os procedimentos diários para com todos os funcionários e pessoas estranhas ao serviço.

Nos primeiros dias de estágio foram-me dadas a conhecer as principais infra-estruturas e serviços do EPC e fui apresentada às pessoas que trabalham em cada um deles, sendo pedida a sua colaboração em tudo o que eu precisasse dali em diante. Comecei a ter contacto com a população reclusa, contacto este que se tornou cada vez mais directo e permanente mantendo-se até ao final do estágio. Também li a legislação importante para um bom desempenho durante este período. Este foi um período marcante porque dele fizeram parte inúmeras emoções e percepções de nível pessoal, inerentes sobretudo ao conhecimento do espaço físico da prisão e aos primeiros contactos estabelecidos com os reclusos.

O conhecimento da prisão (do espaço e das pessoas) foi sendo feito por etapas, marcadas por sentimentos, sons, cheiros e cores. Houve a preocupação de eu ir conhecendo os reclusos e de eles se familiarizarem com a minha presença e só depois eu entrar em determinados sítios da instituição. Assim sendo, só passadas

<sup>12</sup> Soube mais tarde que era um recluso.

algumas semanas conheci as infra-estruturas situadas na chamada área de reclusão: oficinas, biblioteca, ginásio, entre outras. Depois de ter conhecido todos os espaços acompanhada pela minha supervisora comecei a deslocar-me dentro da instituição sozinha. Nunca houve nenhum incidente, fui sempre bem tratada pelos reclusos.

Ao circular pela prisão identifiquei alguns sons característicos. Os portões que separam as diversas zonas prisionais são abertos por chaves grandes que provocam ruídos próprios e não muito agradáveis. Assim como o som forte que se ouve quando o portão se fecha e nos tranca no espaço entre aquele portão e o seguinte. São os sons característicos da clausura que ali se vive. Outro som característico é o dos altifalantes usados para chamar os reclusos pelos seus números<sup>13</sup>, som que se pode ouvir em algumas zonas de Coimbra, como por exemplo no largo D. Dinis. Por fim, destaco o toque que simboliza a hora do fecho dos reclusos. Entre os sons “mecanizados” podemos muitas vezes ouvir por exemplo a música que os reclusos ensaiam nas aulas de música ou que escutam nas celas, são estes sons “humanizados” que guardo saudosamente.

Se tivesse de atribuir uma cor ao EPC escolheria o azul. O azul-escuro das fardas dos guardas e os dois tons de azul (mais claros) das roupas dos reclusos, as populações maiores do estabelecimento. A área de reclusão é sombria, com pouca luz natural e muito fria, tendo em conta que estamos perante uma construção com cento e vinte anos.

Um dos elementos fundamentais para conhecer os reclusos foi o acompanhamento dos “atendimentos” realizados pelos técnicos a que pude assistir ao longo do estágio. Assim fui conhecendo as histórias de vida dos reclusos. Os “atendimentos” foram das experiências mais marcantes dentro da prisão e foi neste momento que me deparei com o primeiro grande obstáculo: a gestão das emoções. Foi difícil não viver de forma intensa todas aquelas histórias e não me rever nos familiares (principalmente nos filhos) daqueles homens, bem como, deixar intra-muros o que tinha ouvido, mas fui conseguindo ultrapassar isso. Sem dúvida que o que mais me fascinou no trabalho dos técnicos de reeducação foi esta troca/interacção que existe nos “atendimentos”, onde se ouvem os reclusos e se fazem esforços por os ajudar nas mais diversas e difíceis situações. Com o tempo fui-me apercebendo de outro grande obstáculo que se enfrenta nestes momentos, a mentira. Os reclusos

---

<sup>13</sup> Cada recluso tem um número e é pelos seus números que são conhecidos.

tentam manipular o/a educador/a, conhecem muito bem o sistema e tentam “contorná-lo” para atingirem os seus objectivos. Só com a experiência adquirida ao longo do tempo, algum trabalho de confronto de informações e estando muito atentos a tudo o que se passa dentro da prisão se consegue perceber estes jogos de manipulação e a construção dos discursos.

O acompanhamento do trabalho burocrático foi também essencial para conhecer o funcionamento da instituição, o trabalho dos técnicos, a sua relação com os reclusos e famílias e o seu papel na reintegração.

Desempenhei tarefas ditas administrativas, como a distribuição e arquivo de expediente, fazer cartões-de-visita. Aprendi a utilizar o SIP (Sistema de Informação Prisional), uma base de dados onde se registam todas as informações necessárias sobre os reclusos dos diferentes EPs. Esta ferramenta foi essencial não só para a caracterização da população reclusa como para a obtenção de informações relativas aos reincidentes alvo da minha investigação.

Acompanhei a elaboração de planos individuais de readaptação, de relatórios de liberdade condicional e de fichas de mobilidade. Depois de familiarizada com estes procedimentos, elaborei alguns destes documentos com a supervisão da técnica que me orientava. Estes foram momentos em que senti muita responsabilidade, pois tem de se pensar muito bem na forma como se redigem, rever as informações que se recolheram sobre os reclusos, justificar bem as nossas opiniões, sempre que necessário recolher informações junto dos guardas ou dos técnicos de reinserção social. É portanto um trabalho de rigor, que exige algum tempo para a sua realização e que exige também que se conheça bem os reclusos.

Estive presente nos Conselhos Técnicos internos, dirigidos pelo Director do Estabelecimento Prisional. Aqui percebi como são concedidas as saídas precárias de curta duração; avaliados os planos individuais de readaptação; emitidos os pareceres sobre a conveniência de propor aos tribunais alterações das situações prisionais; e de que forma são dados os pareceres dos diferentes membros constituintes destes Conselhos. A minha participação foi de observadora mas foi gratificante porque reconheci reclusos e fiquei a par de outras informações dos seus percursos dentro e fora da instituição.

Relativamente às actividades sócio-culturais, assisti aos ensaios para a peça de teatro e à peça de teatro realizada pelos reclusos (mas com o apoio e incentivo dos

técnicos responsáveis) e assisti á festa da escola realizada pelos reclusos com a participação dos professores e da técnica responsável por este pelouro. Pude, assim, conhecer mais alguns dos profissionais envolvidos no trabalho com os reclusos, assim como estabelecer relações de maior proximidade com alguns dos reclusos.

Ajudando na realização das tarefas fui percebendo as dinâmicas do funcionamento institucional e as dificuldades das tarefas foram sendo ultrapassadas à medida que aumentavam os conhecimentos. De forma gradual fui realizando sozinha diferentes tarefas e cada tarefa que realizava sozinha era uma vitória porque me sentia cada vez mais adaptada ao local e ao trabalho. Esta adaptação foi gradual, contudo, penso que foi óptima, até pelo apoio que me foi dado e pela forma como fui recebida por todos os técnicos. O facto de conhecer os reclusos e os seus problemas também contribui bastante para o melhor desempenho de determinadas tarefas, tal como a elaboração de relatórios de liberdade condicional e pedidos de transferência.

Desenvolvi um trabalho de investigação referente à temática da reincidência para o qual foi necessário a recolha de informações relativas aos reclusos reincidentes e a realização de entrevistas a estes reclusos, técnica de recolha de informação escolhida para a investigação. Nestas entrevistas apenas estava eu e o recluso, porém senti sempre a presença forte do guarda que regularmente nos observava para garantir que tudo decorria de forma pacífica. As entrevistas foram muito gratificantes como socióloga e como pessoa. Foram os momentos em que tive maior contacto com os indivíduos e conheci as suas histórias de vida. Nunca senti medo dentro da prisão e também não senti nestes momentos, contudo, em alguns casos receava o uso de determinado vocabulário ou determinadas perguntas sobre os crimes pois eram aquelas a que eles respondiam de forma mais vaga, possivelmente por recearem que essa informação fosse usada para fins que os pudessem prejudicar. O meu receio era que eles interpretassem mal as minhas perguntas, pensassem que de alguma forma os estava a julgar pelos crimes cometidos ou que estas visavam alguma forma de controlo, perdendo a sua colaboração.

Desempenhei funções de socióloga, aquando do estudo que foi realizado, mas também desempenhei funções diferentes daquelas para as quais tive formação, tarefas que normalmente são desempenhadas pelos assistentes sociais. Ainda assim, não vejo que isso tenha sido um obstáculo à minha integração nem um impedimento ao bom

desempenho das diferentes actividades. Encarei-as como um desafio e tentei apreender ao máximo todas as aprendizagens que me foram disponibilizadas.

O contacto com os trabalhadores dos diferentes sectores do EPC foi muito positivo, senti a sua simpatia e disponibilidade para me ajudarem, ensinaram-me o que fui precisando de aprender para a execução de diferentes tarefas e para a investigação. Em especial na Secretaria de Reclusos onde passei algum tempo durante o estágio a consultar processos ou, por exemplo, a ver os documentos que os reclusos têm no EPC para posteriormente tratarmos dos seus documentos de identificação caducados.

Estive inserida num dos gabinetes dos técnicos de reeducação e por isso foi com eles que adquiri uma parte substancial dos ensinamentos. Considero que foram pessoas com extrema importância no meu percurso porque estiveram sempre disponíveis para me ensinarem e partilharem os seus conhecimentos. Não só através das suas actividades diárias e como responsáveis dos diferentes pelouros mas também pelo seu conhecimento da população reclusa adquirido ao longo dos muitos anos de trabalho junto deles. Estabeleceu-se uma relação não de hierarquia mas de amizade, onde houve espaço para se partilharem experiências, pois não me receberam como alguém que vem só para aprender mas alguém que também pode ensinar algo. Esta relação foi fundamental porque me permitiu estar mais à-vontade, sem medo de errar e como tal houve uma maior entrega da minha parte face ao trabalho e mais facilmente expus as dúvidas, pedi ajuda e solicitei explicações de temas mais desconhecidos. Senti-me verdadeiramente inserida naquela equipa de trabalho.

Não foi difícil a habituação da instituição à minha presença uma vez que é normal a presença de estagiárias. Não houve questões sobre qual era o trabalho que ia desenvolver porque, só pelo facto de acompanhar os educadores, partiram do princípio que era mais uma estagiária de serviço social, pelo que me eram atribuídas funções e papeis distintos dos de socióloga. As condutas sociais alteram-se sempre com a presença de pessoas estranhas ao serviço, mas não notei que a minha presença levasse a que se alterassem conversas fossem elas ao nível do funcionamento interno da instituição ou conversas mais divertidas, de companheirismo.

Um elemento importante a considerar relativamente aos trabalhadores do EPC é que esta é uma população que não está presa mas passa grande parte da sua vida na prisão. Durante o estágio apercebi-me que muitos funcionários trabalham lá há muitos anos, num ambiente de grande pressão, que exige prudências. Tem de haver muita

disponibilidade, tolerância e afastamento entre a vida pessoal e profissional. O desgaste psicológico é enorme e quanto a mim é extremamente difícil a dedicação a um meio como este se não houver gosto e motivação pelo trabalho que se faz, caso contrário duvido da sua eficácia. Ainda assim, considero que o desgaste provocado por muitos anos em contacto com uma população tão difícil e num meio tão isolado acaba por afectar a predisposição dos funcionários e o bom desempenho das suas funções.

Qualquer pessoa estranha para os reclusos é recebida com desconfiança porque nos encaram como membros de um sistema onde se deve desconfiar de tudo e de todos. A minha inserção exigiu a construção de uma identidade e a definição de papéis. Foi necessário esclarecer o meu papel de estagiária e qual a minha área de formação, tendo em conta que quase sempre me atribuíam o papel de educadora, de psicóloga ou de professora. A maioria dos reclusos desconhece o que é a sociologia, à excepção de um ou outro com mais escolaridade, isso tornava o meu papel ainda mais dúbio o que neste contexto só vem aumentar as desconfianças. Foi necessário o uso de uma linguagem cuidada e simples para lhes dar a entender qual a minha formação e os meus objectivos dentro da instituição. E tive de aprender os valores e as regras da vida prisional para adaptar o meu comportamento às circunstâncias de cada momento, essas regras/valores passam pela postura perante os reclusos e modos de intervir junto deles e consoante os seus comportamentos (não ser antipática mas também não ser demasiado permissiva, repreender se necessário mas com respeito pelo recluso), aprender estratégias de contornar determinadas situações de modo a não quebrar regras institucionais nem a confiança dos reclusos, ter o cuidado de pedir autorizações ao Director para procedimentos que quebrem regras ou rotinas, entre outras.

Porém, a minha condição de mulher foi importante neste meio. Embora já estejam familiarizados com a presença de mulheres (educadoras, psicólogas, guardas, etc.) estão privados de interacções de cariz sexual e a chegada de mulheres suscita interesse. Isto faz-se sentir de duas formas, por um lado interessam-se por saber quem somos e o que fazemos, muitas vezes querem ser atendidos por nós e inventam desculpas para tal; outros assediam-nos de forma mais ou menos subtil, ou aproveitando-se de determinados momentos discursivos para nos elogiar ou se dirigem a nós com o propósito de nos fazerem determinados comentários.

Contornadas estas situações, não considerei difícil estabelecer diálogos/interacções com esta população, embora fosse um processo gradual, de

conquistas. Fui aprendendo como estas aproximações devem ser feitas observando os educadores e ouvindo os seus conselhos, pois não existe um modelo padrão, temos de nos adaptar a cada recluso. Os contactos mais pessoais com os reclusos passaram pelas conversas sobre o meu trabalho e como estava a ser o meu dia-a-dia na instituição; eu sabia as suas histórias e perguntava sempre como estavam, como tinham corrido as saídas precárias, se tinham falado com a família, etc., dependendo dos casos; mostravam-me as suas obras (pinturas, espantalhos); pediam-me a minha opinião sobre os ensaios de teatro, entre outras coisas. As relações estabelecidas foram de grande empatia e proximidade, senti a protecção de alguns deles, sobretudo quando me deslocava sozinha a determinados espaços. Por vezes senti algum interesse nestas relações pois pediam-me favores, mas também senti o contrário, que faziam tudo para me agradarem e faziam questão de me fazerem eles próprios os favores. Foi necessário resistir a pedidos/solicitações para cumprir regulamentos, o que se torna desfavorável para quem tenta conquistar a confiança dos reclusos. Invadir um mundo em que o segredo, os silêncios e as desconfianças reinam é um trabalho difícil e o comportamento do investigador é decisivo. Não posso dizer que eles confiavam em mim porque eles mesmos me diziam que não confiavam em ninguém, mas penso que de alguma forma se sentiam à vontade para terem conversas comigo que não teriam com outras pessoas com receio de serem aproveitadas para fins institucionais.

O facto de ser estagiária mas também mulher, no meu entender, é também um factor relevante para os guardas que nos vigiam todos os passos e receiam que circulemos sozinhas em certas áreas. Nunca senti motivos para preocupação, embora tivesse sempre alguns cuidados. O facto de não mostrar medo foi relevante para a minha integração junto dos reclusos pois eles próprios me disseram que foi importante o meu à vontade e por isso foi possível estabelecer uma “relação” com determinados reclusos durante todo o estágio.

Os contactos e conversas informais que desenvolvi durante o estágio com reclusos e trabalhadores do EPC permitiram-me o acesso a informações privilegiadas acerca das relações entre os diferentes grupos no interior da prisão.

A prisão é um local de coabitação de vários tipos de população reclusas, pelo que pode ser encarada como “escola do crime” uma vez que, segundo Clemmer (*apud* Gonçalves, 1993), a contínua permanência dos vários tipos de reclusos induz a aprendizagem de novos tipos de criminalidade. Foucault também escreveu a este



respeito: “a prisão torna possível, ou melhor, favorece a organização de um meio de delinquentes, solidários entre si, hierarquizados, prontos para todas as cumplicidades futuras” (Foucault, 1977: 235). Entre os reclusos, são de extrema importância, nesta dinâmica prisional, os líderes informais. Nas minhas entrevistas apercebi-me da existência de hierarquias em que os líderes conquistam estes lugares através do seu curriculum criminal e da sua postura na prisão, são estes que muitas vezes castigam ou mandam castigar aqueles que cometeram crimes considerados horríveis (como a pedofilia ou os maus tratos a crianças), pois a população reclusa tem uma representação do que são para si crimes mais legítimos e menos legítimos. Estes líderes são quase sempre cabecilhas de determinados grupos ligados por exemplo ao jogo ou ao tráfico intra-muros. Citando Moreira (1994), o tipo de crime não constitui factor de agregação entre os reclusos, mas antes de segregação, como referi antes. Como factores de aproximação nomeia os conhecimentos pré-institucionais, à excepção dos co-réus que em geral se dão mal; a reincidência e a passagem por outras cadeias também facilitam a camaradagem e os interesses comuns. Antes de um individuo ser aceite num grupo, para perceberem se é digno de confiança, é estudado pelos seus companheiros nos mais pequenos pormenores: desde o relacionamento com os outros presos até à frequência e modo como fala com os guardas, sendo testado para ver como se desenvencilha em determinadas situações: se faz queixa aos guardas; se rouba etc. (Moreira, 1994).

Os reclusos manifestam permanentemente a inexistência de amigos dentro do estabelecimento, dizem só existir relações de interesse. Há muita violência entre si, muitas vezes ligada a dívidas. É que as dívidas aumentam consoante o tempo vai passando, isto é, se, por exemplo, se empresta um maço de tabaco, no dia seguinte têm de ser devolvidos dois, no outro dia já são três e assim sucessivamente até que a dívida atinge “valores” impossíveis de serem pagos. A violência pode ser levada a extremos, sendo necessária a hospitalização dos envolvidos. Ainda assim, quem trabalha na cadeia reconhece que o ambiente momentâneo é mais pacífico do que foi em outras épocas. Tudo serve como pagamento de dívidas ou para vender dentro da cadeia, desde os bens pessoais (sapatilhas, cartões telefónicos, etc.) ou objectos roubados (por exemplo: as velas da sacristia para a preparação da droga). Não obstante é muito frequente não se denunciarem os colegas (por vezes de cela) pela posse de objectos ilícitos ou por agressões, entre outras coisas, o que muitas vezes

origina que ambos sejam castigados. Este é um facto interessante, na minha opinião esta solidariedade está relacionada com o facto de quererem ser aceites pelos outros reclusos ou não quererem entrar em conflitos.

Os reincidentes ou os que têm penas muito longas são os que conhecem melhor o sistema e sabem como contornar as regras e os obstáculos à sua estadia na prisão. Há uma grande requisição de livros de direito na biblioteca do estabelecimento prisional que manifesta a necessidade de se manterem informados dos direitos e deveres enquanto reclusos e do próprio funcionamento do sistema prisional e das leis.

A relação entre os reclusos e os educadores depende de vários factores: do recluso e da sua forma de ser e estar na instituição; do técnico que o acompanha; da relação que se estabeleceu entre ambos e da forma como o recluso encara o papel do educador. Assim, há reclusos que gostam do acompanhamento dos seus técnicos de reeducação e há outros que não gostam dos educadores. Por vezes este conflito surge da má interpretação de diálogos ou de atitudes, porque os reclusos não percebem o facto de o educador não poder fazer por eles o que eles querem que seja feito ou por acharem que os educadores os julgam. Outras vezes, é possível que o educador não seja capaz de, logo à partida, lidar com determinado indivíduo e sabe-se que a primeira impressão é a mais marcante neste contexto. Os educadores, à excepção dos guardas, são os elementos com que os reclusos mais contactam e como tal são os representantes da instituição que lhes “deve” os seus direitos, tendo em conta que os reclusos se consideram vítimas de injustiça social e judicial. Como tal, são alvo das queixas, das exigências e dos discursos manipulativos para atingirem determinados objectivos. Mas quando se consegue estabelecer uma relação harmoniosa entre os dois o acompanhamento é mais eficaz, há um maior entendimento e os conselhos dos técnicos são mais valorizados pelos reclusos porque encaram-nos como pessoas cujo papel é o de os apoiar/ajudar dentro da instituição.

Na prisão predomina o poder coercivo, o controle é exercido sobretudo através de ameaças e sanções físicas e morais tanto personificadas no pessoal de vigilância como nos detidos entre si, na conquista de privilégios internos (Gonçalves, 1993). Na relação entre reclusos e guardas prisionais destaca-se a figura do “chibo”, aquele que denuncia. Estes indivíduos são considerados “um pau de dois bicos”, se por um lado denunciam os colegas junto dos guardas para obterem benefícios, por outro denunciam os guardas junto dos colegas. Quando deixam de ter informações

relevantes inventam-nas para que os guardas não pensem que deixaram de ser úteis e não procurem outros “chibos”. Não raramente, acontece que um indivíduo que vendeu droga a outro o denuncie para que a droga seja apanhada e possa voltar a vender-lhe.

A relação entre os reclusos e os guardas é de distanciamento, frieza, desprezo ou até revolta. O antagonismo dos reclusos com os guardas é forte. Estes são alguém que lhes dá ordens, que os vigia, que faz rugas às suas celas, que impede os negócios ilícitos. Percebi que o alvo da maior revolta dos reclusos é o chefe de guardas, uma vez que este é quem lidera os outros guardas. O sentimento de injustiça atravessa o discurso dos reclusos, na sua opinião os guardas oferecem tratamento diferenciado, beneficiando uns em detrimento de outros, o que resulta em incumprimento dos direitos e em injustiças institucionais. O que se conhece sobre esta profissão revela que a maioria destes homens enveredou por esta carreira para encontrar a estabilidade de emprego e a segurança do ordenado até aí não conseguidas. O desejo de realização profissional e pessoal tem um papel praticamente nulo (Moreira, 1994). Este facto parece ter bastante influência no relacionamento que estes profissionais têm com os reclusos, em que o poder de uns sobre os outros é bastante veiculado.

Os conflitos, embora de importância mais reduzida, também acontecem entre os guardas e outros funcionários. Os guardas são, de um modo geral, encarados como figuras que exacerbam o seu poder, ao mesmo tempo que pertencem a uma categoria profissional com muitas regalias. Como o seu trabalho é garantir a segurança e, portanto desconfiar de todos, por vezes essa desconfiança é levada a extremos e não é bem entendida, sobretudo quando os funcionários são cumpridores. Por outro lado, os guardas valorizam muito as formalidades, exigindo sempre documentação detalhada acerca do trânsito de pessoas e objectos. A baixa escolaridade que caracteriza em geral estes indivíduos limita a sua capacidade de adaptação e versatilidade, e por isso exigem que tudo seja feito sempre dentro dos mesmos parâmetros, pois são os que melhor conhecem.

Os reclusos sabem que têm mais-valias em serem activos: estudarem, trabalharem, tirarem partido das ofertas institucionais, nomeadamente no que diz respeito às medidas de flexibilização da pena, pois para terem direito a estas medidas é avaliado o seu comportamento, a sua integração nas actividades e ofertas institucionais (se são activos) e a sua rede social de apoio. Os cursos de formação profissional são

os mais apetecíveis, pois, segundo os reclusos, ganha-se mais do que no trabalho e sem grande esforço. Alguns nem os chegam a terminar, os cursos que dão equivalência ao 9º ano são os mais frequentes e se os terminarem é difícil, posteriormente, a frequência de um curso com equivalência ao 12º ano, como tal, não os terminam e vão ingressando em novos cursos. Dizem que sempre vão aprendendo o essencial e só faltam as vezes necessárias para não poderem terminar o curso. Outros conciliam a escola com a actividade profissional mas nem sempre é possível, esta tarefa só é mais fácil para os faxinas uma vez que o seu trabalho é regulado por horários mais flexíveis. Quem estuda só recebe os prémios escolares, desde que tenha aproveitamento, e por isso abandonam a escola. Preferem trabalhar para obterem rendimentos para os seus gastos dentro e fora da instituição. Têm dificuldade em valorizar os estudos para os seus percursos e sentem-se injustiçados por não serem recompensados por estudarem.

É muito frequente, e perturbante, vermos reclusos a fazer, como se diz na gíria, “piscinas” (andarem para a frente e para traz inúmeras vezes) por não estarem ocupados e para fazerem face ao frio.

Segundo os dados da instituição a droga entra menos na cadeia, por haver mais vigilância ou pela própria crise, as que vão sendo encontradas são as chamadas drogas leves<sup>14</sup>. Talvez seja esse o motivo para recorrerem cada vez mais aos tratamentos de substituição pela metadona e à toma de medicação. Face a este problema vai entrar brevemente em funcionamento a toma assistida por um profissional da área da saúde. Durante a minha permanência na instituição houve detenção de droga durante as revistas às visitas dos reclusos. Durante a sua entrevista, José comentava: “Há sempre a que entra à vista de todos e a que entra à vista de ninguém”.

Um aspecto que me impressionou bastante foi a falta de higiene demonstrada por alguns reclusos, verificada pelo cheiro que emanam, a sujidade das roupas ou no aspecto dos cabelos, barba e unhas. Assim se verifica a inexistência de princípios tão básicos como estes hábitos de higiene e a necessidade de haver uma sensibilização para a aquisição destes hábitos essenciais.

A vivência da prisão permite chegar às mesmas conclusões que Gomes *et al.* (2003). Em termos arquitectónicos, os EPs devem facilitar a ressocialização do recluso, ser funcional; garantir a existência de condições materiais dignas de cumprimento de

---

<sup>14</sup> São consideradas drogas leves o haxixe, marijuana, anfetaminas e alguns analgésicos e tranquilizantes.

pena; ter condições de segurança; garantir a separação de elementos considerados perigosos; prevenir evasões e promover um relacionamento entre funcionários e reclusos não descuidando do respeito e dignidade a que qualquer ser humano tem direito. A sobrelotação é um dos grandes problemas dos sistemas prisionais, dificultam a providência de serviços mínimos e condições de vida e provocam o aumento das tensões sociais. O excesso de trabalho que é exigido aos guardas e técnicos degradam o seu desempenho profissional e contribuem para a sua insatisfação profissional.

O contacto permanente com as diferentes populações da prisão e, sobretudo, com os reclusos foi muito benéfico para o meu trabalho como investigadora e foi especialmente enriquecedor do ponto de vista pessoal. O estágio possibilitou-me conhecer um espaço tão desconhecido socialmente. Existem muitos mitos e ideias feitas sobre a prisão que não correspondem à realidade. Desconhece-se, por exemplo, o trabalho que os reclusos realizam (e no caso de EPC, que vendem para o exterior parte desses trabalhos), que podem estudar, que participam em actividades como a música e o teatro, que fazem trabalhos artesanais, que têm uma biblioteca e que lêem bastante tendo em conta a sua escolaridade. Pensa-se que a prisão é como um hotel onde se passa o dia a ver televisão e, por isso, insuficientemente punitiva, pois, mais do que reabilitadora, para uma grande franja de pessoas, ela deve continuar a ser punitiva. Para que estas percepções se alterem é necessário que a realidade da prisão passe para fora dos seus muros e seja dada a conhecer a todos. Só assim se podem combater os estereótipos negativos e reconhecer a humanidade dos indivíduos que habitam a prisão.

## 2. A REINCIDÊNCIA

### 2.1. Crime e sociedade

Para que haja ordem social são necessárias normas, regras e consequentes sanções para quem não cumprir o estipulado. Estas normas variam consoante o momento histórico; entre culturas diferentes ou mesmo entre subculturas dentro da mesma sociedade. Os diferentes enquadramentos culturais pressupõem um conjunto de entendimentos específicos que definem nesse contexto o que é lícito e ilícito.

Os padrões de referência transmitem-se no processo de socialização do indivíduo e permitem a padronização das práticas delimitando a fronteira entre expectativas normativas e comportamentos não desejados. Assim, as normas sociais são acompanhadas de sanções que são aplicadas perante o seu incumprimento, a fim de assegurar que uma dada norma seja cumprida.

Nem sempre as condutas dos indivíduos se regem por consensos delineados. Ao falarmos num comportamento desviante, temos como referência o comportamento não desviante. Pois, ao definir esferas de comportamento socialmente aceitáveis, a sociedade determina simultaneamente esferas de condutas desviantes.

São cada vez mais complexas nas sociedades multiculturais as definições de desvio e consenso. Os seus pressupostos de entendimento das relações entre indivíduos assenta cada vez mais numa filosofia de aceitação da diferença. A Sociologia do Desvio mostra-nos que os fenómenos de desvio são universais, apenas varia a sua forma e conteúdo, e todas as sociedades punem os desviantes embora o tipo de punição também varie.

Giddens (1997) explica-nos que toda a gente pensa que sabe quem são os indivíduos desviantes, pessoas que se recusam a viver de acordo com as regras pelas quais se rege a maioria: criminosos violentos, drogados ou marginais, gente que não se encaixa nos padrões normais de comportamento aceitável definidos pela maioria das pessoas. Mas a noção de indivíduo desviante não é fácil de definir e entre crime e desvio não existe uma relação linear. O desvio pode ser definido como o que não está em conformidade com as normas por um número significativo de pessoas numa comunidade ou sociedade mas nenhuma sociedade pode ser dividida de forma linear

entre os que se desviam das normas e os que estão em conformidade com elas. A maior parte das pessoas transgride regras de comportamento geralmente aceites, em determinadas ocasiões, como por exemplo dar uso privado a objectos do emprego ou exceder o limite de velocidade. Os conceitos de desvio e crime não são sinónimos, embora muitas vezes se sobreponham, pois o âmbito do conceito de desvio é muito mais vasto e muitas formas de comportamento desviante não são sancionadas pela lei.

O crime é um conceito analiticamente mais fácil de delimitar, podendo ser remetido para o campo da infracção à lei formal, ou seja, pode ser considerado como um comportamento que viola a lei formal sendo necessário ter em consideração as relações sociais envolvidas, as ideologias e os contextos. Segundo a lei criminal, o crime em sentido criminológico não será todo o comportamento, mas aquele que a lei tipifica como tal (Dias e Andrade, 1997).

A sociedade também define formalmente o que considera criminoso, deixando implícitas as restantes condutas não criminais. Refere Sykes: “Ao estudar o crime, devemos ter consciência de que as descobertas científicas, normalmente consideradas como impessoais e objectivas, trazem invariavelmente consigo a marca do tempo e do lugar” (*apud* Dias e Andrade 1997:3).

É um dos fenómenos sociais mais difíceis de quantificar, uma vez que é uma realidade que não é claramente assumida devido à sua definição pela negativa. Reside, assim, na zona obscura daquilo que é a vida em sociedade. As estatísticas da justiça registam apenas os crimes participados às polícias e os crimes em processos nos tribunais – acontece que nem todos os crimes chegam às polícias ou aos tribunais.

Sutherland, citado pelos mesmos autores, diz: “A característica essencial do crime, é ser um comportamento proibido pelo Estado como um dano ao Estado, e contra o qual o Estado reage ou pode reagir, pelo menos em última instância, com uma pena. Os dois critérios abstractos, geralmente apontados pelos estudiosos para a definição do crime, são a definição legal de um acto como socialmente danoso e a previsão de uma sanção para tal acto” (Dias e Andrade 1997:76). Subjacente a esta definição, está a proposta de imprimir uma dimensão ético-política à criminologia e à própria administração da justiça não permitindo que os mais poderosos continuassem a delinquir impunemente (definição que pretende incidir sobre os crimes de colarinho branco).



A pluralidade de conceitos e perspectivas relativamente ao crime, não exclui a hipótese de existir um núcleo comum aos diversos conceitos criminológicos do crime. Todos eles incluem uma dupla perspectiva, uma referência jurídica e uma referência sociológica.

Como escreve Vold, “O crime, implica sempre duas coisas: um comportamento humano e o julgamento ou a definição desse comportamento por parte de outros homens que o consideram como próprio e permitido, ou impróprio e proibido.” (*apud* Dias e Andrade, 1997:84).

Foi a nível individual que se procurou realizar os primeiros estudos científico-explicativos do crime. Não se trata só de prioridade histórica, mas também de uma prioridade lógica das teorias etiológicas em relação às demais teorias explicativas da criminalidade, como nos explica Dias e Andrade (1997).

A expressão sociedade criminógena advém da expressão mais tradicional de sociologia criminal à qual se poderiam continuar a reconduzir as explicações sociológicas do crime. A explicação sociológica do crime deverá ser tendencialmente globalizante: tem que tentar explicá-lo ao nível da própria ordem social. A sociologia criminal tem hoje duas vertentes, que se poderiam reconduzir às frases de Lacassagne – “A sociedade tem os criminosos que merece”, e de H. Becker – “A sociedade tem os criminosos que quer” (*apud* Dias e Andrade, 1997).

À primeira vertente pertencem as teorias ecológicas, da subcultura e da anomia, que mantêm a continuidade com as teorias a nível individual. A grande diferença face às teorias individuais reside no facto de o crime ser visto como o resultado das condições ambientais e habitacionais, da inserção em determinadas culturas ou subculturas, da pertença a uma dada classe económico-social com o seu quadro próprio de oportunidades. Na segunda vertente incluem-se as teorias ligadas à sociologia da sociedade punitiva, que tentam entrar na racionalidade que preside à ordem social (Dias e Andrade, 1997).



## 2.2. Um estudo sobre a reincidência

Desde muito cedo, (já no Direito Romano e Medieval) se impôs a ideia de punir de forma agravada os reincidentes criminais. No século XIX começa a fazer-se a distinção entre dois tipos de reincidência: a homótopa que tem lugar entre crimes da mesma espécie ou natureza e a polítropa que pode dar-se entre crimes de qualquer espécie ou natureza.

Segundo o Código Penal Português, “I-é punido como reincidente quem, por si só ou sob qualquer forma de comparticipação, cometer um crime doloso que deva ser punido com prisão efectiva superior a seis meses, depois de ter sido condenado por sentença transita em julgado em pena de prisão efectiva superior a seis meses por outros crime doloso, se, de acordo com as circunstâncias do caso, o agente for de censurar por a condenação ou as condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência contra o crime. 2- O crime anterior por que o agente tenha sido condenado não releva para a reincidência se entre a sua prática e a do crime seguinte tiverem decorrido mais de cinco anos; neste prazo não é computado o tempo durante o qual o agente tenha cumprido medida processual, pena ou medida de segurança privativas de liberdade.” (artigo 75º. do Código Penal).

Não existem dados actuais quanto ao número de reclusos reincidentes em Portugal. Recorrendo às estatísticas de Anália Torres (2001), cerca de 51% da população total masculina é reincidente. Os dados do Provedor da Justiça de 2003 apontam o mesmo valor, concluindo que a reincidência é a face mais visível da (não) efectividade da reinserção social. Segundo a mesma fonte, o Estabelecimento Prisional de Coimbra, em 2003, estava entre os quatro estabelecimentos prisionais centrais e especiais com maior taxa de reincidência, registando 82% de população reincidente (Provedor da Justiça, 2003)<sup>15</sup>.

Vários estudos <sup>16</sup> têm mostrado uma forte associação entre o consumo de drogas e a reincidência, pois as situações de reincidência são superiores entre aqueles que consomem drogas. Também é entre os sujeitos que associam o comportamento de consumidor ao de delinquentes que se registam os maiores números de anteriores delitos oficialmente sancionados (Agra, 2008).

<sup>15</sup> Estes dados divergem dos que recolhi na instituição, sendo que aponto como reincidentes apenas 25% da população. Como referi, os dados que utilizei são provenientes do Sistema de Informação Prisional. Não é possível identificar a fonte dos dados apresentados em 2003 pelo Provedor da Justiça.

<sup>16</sup> A este respeito destacam-se os trabalhos de Anália Torres (2002) e de Cândido Agra (2008).

Um dos objectivos do estágio foi a concretização de um trabalho de investigação sobre a temática da reincidência. Este tema foi proposto pela supervisora de estágio por ser do interesse da instituição obter dados relativos à reincidência que possam ser úteis no desenvolvimento de estratégias de intervenção, uma vez que existe um elevado desconhecimento sobre esta temática.

Por parte dos técnicos existem conjecturas daquilo que serão as causas da elevada reincidência, mas não existe conhecimento sistemático e conclusivo. Ao longo dos anos tem-se verificado a entrada e saída dos mesmos reclusos sem se perceber exactamente o que falha. Assim o objectivo geral do estudo consistia em perceber as causas da reincidência. Com este trabalho pretende-se realizar uma abordagem exploratória do tema que, depois, poderá ser aprofundado por futuros estagiários da mesma área de formação.

### 2.2.1. Estratégia metodológica

O primeiro passo foi a recolha de informação relativa aos reclusos reincidentes e primários no Sistema de Informação Prisional (SIP). Deparei-me, desde logo, com o facto dos critérios das listagens não serem coincidentes com os do Código Penal. Assim, são considerados primários os reclusos que estão presos pela primeira vez e reincidentes aqueles que tenham mais que uma pena de prisão.

Foi com base nas listas disponíveis no Estabelecimento que foi definida a minha amostra. Após a identificação de 270 reclusos primários e 91 reincidentes, realizei uma caracterização sociográfica com base nas seguintes variáveis: idade, habilitações, estado civil, profissão, nacionalidade, concelho de residência, número de prisões, quais os crimes cometidos, duração das penas (Anexo 11 e 12).

Esta caracterização permitiu identificar os três tipos de crime mais comuns nesta população: os crimes ligados ao tráfico de estupefacientes, os crimes de furto e roubo e os crimes de homicídio. Assim, com base nesta sociografia foi seleccionada uma amostra de reclusos, com indivíduos de idades e habilitações distintas e repartidos pelos três crimes identificados como mais dominantes.

Sendo este um trabalho exploratório, que pretende desenvolver uma primeira abordagem a este fenómeno, optou-se por uma estratégia analítica qualitativa. O objectivo era captar elementos desconhecidos sobre a temática. Deste modo, optou-se pela utilização da técnica de entrevista, como forma de aceder ao significado e sentido das acções para os inquiridos. Foram realizadas doze entrevistas, tomando como referência cada um dos tipos de crime definidos e procurando diversificar relativamente às restantes variáveis de caracterização.

As entrevistas foram de carácter semi-directivo. Elaborei um guião (Anexo 13) com questões fechadas e questões abertas relativas aos temas que pretendia que fossem abordados, mas a ordem e a forma como foram introduzidas dependeram do decorrer de cada entrevista, sendo apenas fixada uma orientação para o início de cada entrevista que consistia nas perguntas relativas à localidade de onde eram provenientes e com quem viviam antes de serem presos, a partir daí cada entrevista seguia o seu percurso. O objectivo era a construção de histórias de vida, de modo a dar voz aos informantes.

As entrevistas foram gravadas para que aumentasse a fidedignidade do tratamento da informação. A gravação foi autorizada pelo Director do EP e pelos respectivos reclusos.

A maioria dos reclusos aceitou ser entrevistado sem grandes restrições. Apenas dois reclusos não aceitaram: um por não ser reincidente (segundo o Código Penal) e outro por ter perturbações psicológicas e não querer conversar por se encontrar numa fase menos boa. Entre os que aceitaram é de registar o comportamento de três reclusos: um deles aceitou mas negando a sua condição de reincidente (segundo o Código Penal); outro não aceitou de imediato mas após conversa com o seu técnico pediu que eu o chamasse para a entrevista. Houve, ainda, um outro que só aceitou depois de uma longa conversa sobre os objectivos da investigação e a finalidade das gravações. O gravador era de facto um objecto que os fazia duvidar do meu discurso: da garantia de anonimato e de que os seus discursos só eram pertinentes para o meu estudo e que era para esse fim que seriam usados.

As entrevistas, de um modo geral, correram bem, mas como é óbvio dependeram também da personalidade e da atitude de cada indivíduo e da nossa interacção. A maior parte eram simpáticos e descontraídos, outros eram mais introvertidos e foi preciso um esforço da minha parte para obter mais informações. As perguntas consideradas de carácter mais íntimo (de ordem familiar) ou relacionadas directamente com os crimes eram as que os constrangiam mais.

As entrevistas realizaram-se nos gabinetes disponíveis para os “atendimentos” por parte de educadores e psicólogos ou para os reclusos receberem os advogados<sup>17</sup>. Estes gabinetes têm muito pouca privacidade, pelo que fomos várias vezes interrompidos por guardas, educadores ou pelo telefone. Outra condicionante foi o facto da ala se encontrar em obras e haver muito barulho, sujidade (pó) e odores perturbadores (cheiro a tinta). Não menos importante foi a condicionante temporal; os reclusos não vêm quando os chamam mas sim quando lhes apetece, à excepção dos que trabalham e estudam que têm menos disponibilidade, e como há horários que têm de cumprir (as horas de fecho) as entrevistas estavam limitadas ao tempo disponível para que se realizassem. Estes factores deram origem a gravações marcadas por interrupções e algumas têm momentos quase imperceptíveis por se ouvir o barulho das obras ou as vozes de outros elementos presentes nos gabinetes contíguos aqueles

---

<sup>17</sup> À excepção de uma entrevista que se realizou na cave por o recluso estar de castigo.

em que estávamos, o que dificultou o tratamento da informação. Este problema só foi atenuado pelo meu cuidado de, sempre que possível, não deixar decorrer muito tempo entre a entrevista e a sua transcrição, por ser o momento em que melhor me recordava dos discursos.

Enquanto entrevistadora senti-me um pouco nervosa na primeira entrevista mas penso que de forma gradual fui ultrapassando esse obstáculo. Não obstante ter detectado falhas da minha parte, de pormenores que podia ter explorado mais, o balanço é positivo. Penso que soube adaptar o meu discurso à população alvo de forma a ser entendida. Uma das minhas maiores falhas foi não ter conseguido controlar melhor uma das entrevistas, com um recluso que considero bastante manipulador e que respondeu sempre aquilo que queria que eu soubesse e não o que eu queria saber, mas cujo percurso de vida era muito interessante e relevante para o estudo. Para fazer face a esta situação também teria de ter tido muito mais tempo do que aquele que foi possível ter.

As entrevistas não foram a única fonte de informação desta investigação, também foi muito importante o confronto com fontes documentais (os processos dos reclusos), com o testemunho dos técnicos e com a própria observação que tive oportunidade de fazer ao longo do estágio e da qual dei conta no capítulo anterior. Do confronto das entrevistas com os processos e com as informações dos técnicos pude concluir que os dados são, em alguns casos, muito díspares. Como se sabe, as entrevistas estão condicionadas às representações dos sujeitos e àquilo que eles consideram relevante contar. Assim, relativamente aos crimes, muitas informações foram obtidas nos processos dos reclusos. Por outro lado, comparando as entrevistas com os processos e com a informação dos técnicos descobri que os factos relativos a situações familiares, a consumos e comportamento quer no interior da cadeia como nas saídas precárias não são coincidentes. Os dados recolhidos junto dos técnicos foram muito relevantes porque também acrescentaram dados não abordados nas entrevistas ou confirmaram, ou não, os dados das entrevistas. Pude constatar a construção de discursos diferentes por estes indivíduos, consoante a pessoa que está na sua presença, pois detectei diferenças significativas sobre o carácter da informação dada aos técnicos e a que me foi dada a mim, o que quase sempre foi positivo tendo em conta que os seus discursos abrangeram dados que não são revelados aos membros do sistema por receio de represálias, por exemplo.

A análise das entrevistas foi realizada usando uma abordagem vertical e horizontal. Após a realização das entrevistas fiz a sinopse das mesmas – análise vertical, para depois realizar uma análise de conteúdo categorial – análise horizontal. A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de dados que permite a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação, mas também permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto (Silva, 1986). A análise de conteúdo é a técnica privilegiada para tratar o material recolhido nos estudos de histórias de vida em que o investigador não dispõe de hipótese de partida, reúne dados de forma controlada e sistemática que depois organiza e classifica (Silva, 1986). Os resultados do estudo são interpretados e apresentados como conclusões ancoradas, fundamentadas em teorias com as quais se confrontam os resultados.

## 2.2.2. Apresentação e discussão dos resultados

“Comecei tinha 13 anos, ainda não tinha altura para a máquina e trabalhava em cima de um tijolo. Um pé ficava no chão e outro no pedal...”

(Carlos, excerto da entrevista.)

Segundo Rutter (1998) existem várias explicações para o aumento substancial dos comportamentos anti-sociais durante o último meio século: a desintegração do modelo tradicional de família, o prolongamento excessivo da adolescência e, conseqüentemente, o adiamento da entrada no mundo do trabalho, a generalização do consumo de drogas e do álcool e a maior tolerância da opinião pública em relação às práticas anti-sociais, ou pelo contrário maior transigência das autoridades e da sociedade perante comportamentos menos cívicos e transgressões.

Analisadas as histórias de vida observa-se que todos os reclusos fazem referência a rupturas no seu grupo de referência, ou seja, na família. Famílias desestruturadas por existirem comportamentos aditivos por parte dos pais e/ou violência, famílias monoparentais por morte de um dos cônjuges ou divórcio, relacionamento conflitual entre pais e filhos ou entre irmãos. Muitas vezes traduz-se numa socialização primária débil onde não se aprendem as regras básicas de vivência em sociedade, os valores e as normas. O grupo de referência é o grupo de pares (amigos) junto dos quais é frequente o início de actos delinquentes e o consumo de drogas.

O indivíduo não nasce membro da sociedade, nasce com predisposição para a sociabilidade e torna-se membro da sociedade. “A socialização primária é a primeira socialização que o indivíduo experimenta na infância e em virtude da qual se torna membro da sociedade” (Berger e Luckmann, 1999: 138). Cada indivíduo nasce numa estrutura social objectiva e num mundo social objectivo. Os outros significativos são os responsáveis pela sua socialização, mas, na mediação que estes fazem entre o mundo social e a criança, o mundo social é modificado, ou seja, seleccionam aspectos do mundo de acordo com a sua própria localização na estrutura social e em virtude das suas idiosincrasias individuais, com raiz na biografia de cada um. Então, as crianças

das classes mais desfavorecidas não só absorvem uma perspectiva de classe baixa a respeito do mundo social como absorvem esta percepção com a coloração idiossincrática dada pelos encarregados da sua socialização primária. “A mesma perspectiva de classe inferior pode introduzir um estado de espírito de contentamento, resignação, amargo ressentimento ou fervente rebeldia” (Berger e Luckmann, 1999: 139). Por conseguinte, uma criança de classe inferior não só habitará um mundo muito diferente do de uma criança de uma classe superior como pode fazê-lo de modo diferente do da criança, de classe baixa, que mora ao lado. A este respeito, recordo-me das palavras do Fernando que, na sua entrevista, a dada altura, se descreve como uma criança suja, com piolhos e o ranho a cair que se dava com uns vizinhos ainda mais pobres que ele e sentia que eram discriminados.

Esta não é uma aprendizagem puramente cognitiva, ocorre em circunstâncias carregadas de alto grau de emoção. A criança assume os papéis e atitudes dos outros significativos, ou seja, interioriza-os e torna-os seus. Ao longo deste processo é criada na consciência da criança uma abstracção progressiva dos papéis e atitudes de outros específicos para com os papéis e atitudes em geral, a esta abstracção chama-se o outro generalizado e significa que o indivíduo se identifica agora com a sociedade. Esta consciência do outro generalizado implica a interiorização da sociedade enquanto tal e da realidade objectiva nela estabelecida e, ao mesmo tempo, o estabelecimento subjectivo de uma identidade coerente e contínua. A sociedade, a identidade e a realidade cristalizam de modo subjectivo no mesmo processo de interiorização. A socialização primária termina quando o conceito do outro generalizado (e aquilo que o acompanha) ficou estabelecido na consciência do indivíduo, tornando-o um elemento efectivo da sociedade e na posse subjectiva de uma personalidade e de um mundo (Berger e Luckmann, 1999).

As relações familiares constituem um factor de risco social pela precariedade das uniões conjugais que, por um lado suscitam laços familiares igualmente precários. Há muitos casos em que se sucedem os filhos de diferentes relações sem que os laços com a família de origem sejam mantidos. Por outro lado, esta inconstância das uniões matrimoniais traz problemas relativos à subsistência material das mulheres e crianças. Este risco aumenta quando a conjugalidade é encarada como uma forma de sair de situações de extrema pobreza - “economia de escala” (Hespanha *et al.*, 2002). Um exemplo disso é a mãe do Fernando que casou obrigada pelo seu pai. Após o



nascimento do primeiro filho fugiu para o estrangeiro onde encontrou outro companheiro do qual teve mais dois filhos antes de regressar a Portugal sozinha com as crianças. O Paulo, aos 27 anos, já tem três filhas, de três mães diferentes, com as quais não mantém contacto. As histórias de vida destes indivíduos dão conta de universos familiares complexos, causados pela instabilidade conjugal e por parentalidades sobrepostas. À complexidade dos laços de parentesco, acresce a pobreza e a situação frágil das mulheres.

As famílias também constituem um factor de risco por serem problemáticas, ou seja, são comuns os conflitos intrafamiliares, quer entre cônjuges, quer entre pais e filhos, quer entre irmãos. Daqui resultam dois tipos de problemas: os de carácter material, ligados à partilha de bens (salários, alimentação, espaço, habitação, propriedades rurais, etc.) e os problemas afectivos e psicológicos. Este ambiente conflituoso pode contribuir para a degradação do modo de vida destas pessoas. Sendo o factor de risco mais problemático no interior das relações familiares a violência conjugal e o abuso sexual de menores (Hespanha *et al.*, 2002).

A violência conjugal ocorre em todas as classes sociais. No entanto, é mais relatado nas famílias de classes baixas, em parte, porque as famílias de classe média têm mais privacidade e maior capacidade para esconder tais actos. As famílias de classe média têm também um leque mais vasto de ajuda profissional disponível, que reduz a probabilidade de a violência chegar ao conhecimento da polícia. As crianças são abusadas por espancamento, carícias e relações sexuais e negligência. Os homens são mais propensos a cometer incesto e a espancarem as crianças. Os efeitos do abuso de crianças são de longa duração e requerem muitas vezes aconselhamento ou alguma outra forma de terapia. Exigir às crianças expectativas irrealistas, insuficiente preparação para o papel parental, o stress e o abuso de substâncias psicoactivas estão entre os principais factores de abuso infantil ou negligência. Embora seja verdade que um certo número de agressores são alcoólicos ou toxicodependentes, a relação entre estes comportamentos não é directa. O álcool e as drogas são, por vezes parte de uma relação abusiva, no entanto, há neste momento provas insuficientes para afirmar que eles provocam abusos (Goodman, 1993). Algumas das histórias de vida dão conta desta relação entre pobreza, abuso e dependência. O João, por exemplo, afirmou durante a entrevista ser mal tratado pela mãe e daí ter fugido de casa: “A minha mãe bebia um copito. Até ao meio dia era uma jóia de pessoa e depois da parte da tarde

batia-me e fechava-me a porta à noite.” A sua narrativa dá conta do abuso a que a mãe continua, ainda, a expô-lo durante as visitas no EPC, ofendendo-o continuamente.

Os indivíduos entrevistados são provenientes sobretudo de meio rural, embora também se incluam indivíduos provenientes de bairros urbanos, e as famílias têm situações económicas difíceis ou estáveis mas expostas a duras condições de vida, sobretudo ao nível laboral.

Vemos no grupo de entrevistados características também evidentes noutros estudos sobre populações desfavorecidas (Hespanha *et al.*, 2002). A escolaridade é considerada pela maioria das famílias como uma etapa a cumprir no percurso dos seus filhos, mas não lhe atribuem qualquer valorização em termos de estratégias de futuro. Não vêem na escola uma forma de encontrar alternativas ao modo de vida que levam, nem equacionam a hipótese de um nível de escolaridade mais elevado lhes permitir o acesso a um emprego com melhores condições. A escola é uma concorrente ao mercado de trabalho, este último fornece necessidades básicas de cada um e de todos, como tal, o tempo gasto com a escola não favorece ninguém. Por conseguinte, os jovens não são incentivados para permanecerem na escola mas antes para se dedicarem a uma actividade produtiva logo que tenham idade para trabalhar. Constatase nestas histórias de vida a permanência de um modelo cultural e familiar em que os filhos são um recurso. Principalmente nas famílias mais pobres onde é delicado o equilíbrio entre recursos e necessidades e por isso existe maior exposição ao risco de *desequilíbrio*. Assim, o agora chamado trabalho infantil foi durante muito tempo um recurso familiar importante e legítimo (Saraceno e Naldini, 2003), que continua a existir nestas famílias.

O abandono escolar deu-se muito cedo por três factores principais: falta de motivação, iniciação nas drogas e por começarem a trabalhar devido à situação económica. Como constata Torres (2002), o baixo nível escolar da população reclusa pode estar correlacionado com as elevadas taxas de insucesso e abandono precoce do sistema educativo que se verificam em Portugal e em particular nos sectores socialmente mais desfavorecidos.

O abandono escolar precoce associado à desvalorização dos estudos é evidente no caso de Carlos: “a minha mãe nunca estudou, foi fazer a quarta classe já em adulta, após a morte do meu falecido pai, para continuar com o comércio do peixe e não tinha grande capacidade mental para dizer: não, o meu filho vai estudar porque eu

quero que seja músico, ou vai fazer desporto porque quero que seja tenista (...) os estudos não eram necessários como são hoje, era necessário trabalhar de sol a sol para ter pão”.

Entre os doze reclusos entrevistados apenas um afirmou nunca ter trabalhado. Os percursos laborais são, no entanto, marcados por trabalhos temporários pouco qualificados. A baixa escolaridade conduz a oportunidades limitadas na obtenção de emprego, ficando disponíveis apenas os trabalhos considerados pesados, de fraca qualificação, pouco prestigiantes e pouco satisfatórios quer em termos remuneratórios, quer em termos de realização pessoal.

“Até aos 23 anos, foi quando fui preso, era servente. Quando saí da cadeia fui trabalhar para uma senhora russa e comecei de pedreiro... ainda me ficou a dever cinco meses de trabalho, oitocentos e tal contos” refere o João sobre o seu percurso laboral. Como já constatou Torres (2002) é neste contexto que se iniciam trajetórias de delinquência. O comércio de drogas pode surgir, nestas condições de existência difíceis, como uma alternativa arriscada mas muito atraente pelos ganhos significativos que implica. Estes ganhos seriam inalcançáveis, por estes indivíduos com níveis de escolaridade reduzidos, através de meios lícitos. A este respeito, Luís contou: “Eu estive onze meses a viver num acampamento e destinavam-me, a mim, só à venda (...) fazia dois mil contos diários”.

Os consumos de drogas entram nas vidas destes indivíduos durante a adolescência e início da idade adulta. A adolescência é uma fase marcada pelas dificuldades inerentes às mudanças que a caracterizam, a droga aparece como uma forma de superar essas dificuldades e facilita o relacionamento com os outros. Entre os menores inquiridos para o estudo de Agra (2008), 47% revelam o consumo ilícito de substâncias psicoactivas e apresentam características de comportamento desviante geral precoce: consumo de álcool, experiências sexuais, indisciplina, vadiagem, roubo, desvinculação familiar, várias institucionalizações e reincidência. O consumo de drogas apresenta-se como associado a outros comportamentos desviantes, à dimensão e funcionamento do agregado familiar. Por outro lado, sendo socializada na «evidência» do consumo, do comércio ilegal das drogas e da desviância em geral, são fortes as condições de risco da estruturação precoce de formas de vida desviantes desta população na infância e juventude, dado que as suas condições de existência se constroem no interior do espaço eco-social das drogas. O Fernando é um destes

casos, segundo ele, a sua mãe trabalhava bastante para sustentar os três filhos, o afecto era muito pouco porque ela não tinha tempo para eles e dava-lhes tarefas enormes que pareciam “ser dadas com prazer”, como tal, ele passava o tempo na rua, com os amigos: “tinha sete anos, foi o meu primeiro delito, fomos a um moinho, eram as férias de Verão, (...) tinha coisas antigas (...) o Zezito pegou num barril e deu-me um barril inteiro para eu partir e eu ainda me recordo da sensação que eu tive de pegar naquilo inteiro só para mim, parti-o lá no cimento e ainda fui calcar com as botas.”

De novo, constata-se aqui a relação evidenciada por Torres (2002) entre os inícios precoces de consumo na população reclusa, as trajectórias e situações de desfavorecimento social e os problemas familiares, revelando-se muitas vezes numa adolescência marcada pelo abandono e insucesso escolar paralelamente aos consumos de drogas. Todos os reclusos entrevistados tiveram em algum momento ligações à droga, por serem toxicodependentes ou traficantes. À pergunta: como é que os consumos entram na sua vida? Luís responde: “Curiosidade. Tive ligação a uma pessoa que não consumia, ao pé dela comecei a ver surgir dinheiro fácil, até ao dia em que experimentei o dinheiro fácil e depois as drogas”. Uma parte considerável assume que o abandono escolar e a entrada das drogas na sua vida fazem parte de um mesmo momento. Alguns reclusos iniciaram o consumo de drogas na prisão, por esta ser abundante ou mesmo por afirmação, por quererem pertencer a determinados grupos de reclusos.

Este estudo chega a conclusões contrárias às de João Paulo Pereira (1998), comparando as situações jurídicas anteriores com as presentes, o crime pelo qual estão presos presentemente é mais grave que os anteriores. As razões que trouxeram esta população alvo novamente à cadeia, dando-lhes a condição de reincidentes, relacionam-se na sua maioria com o cometimento de crimes relacionados directamente (tráfico de estupefacientes) ou indirectamente (roubos e furtos) com os consumos de drogas duras<sup>18</sup>, sendo a droga o elemento propiciador do crime, ou porque dá dinheiro fácil ou porque a dependência tem custos elevados.

As categorias propostas por Agra (2008) revelam-se bastante pertinentes para caracterizar as trajectórias dos entrevistados. A categoria de toxicodependente-delinquente, engloba os que conduziram a sua vida de consumidores longe da delinquência e da criminalidade durante um longo período, o crime entra nas suas vidas

---

<sup>18</sup> São consideradas drogas duras a heroína e a cocaína.

com uma função instrumental e oportunista, roubam, furtam ou praticam o pequeno tráfico quando necessitam de proventos económicos para adquirir a mercadoria proibida. Os agregados familiares não são muito numerosos e são estáveis do ponto de vista sócio-económico e estrutural, existindo uma forte vinculação à família de origem. Os percursos escolares terminam aos 15/16 anos com o 2º ou 3º ciclo completo, havendo alguns que concluem o secundário. Manifestam comportamentos de inadaptação ao contexto escolar. A actividade laboral inicia-se logo após o abandono escolar em sectores não qualificados e é exercida de forma regular até cerca dos 20 anos. O primeiro contacto com as drogas acontece entre os 14 e os 16 anos, aos 19 anos inicia-se o consumo de drogas duras e posteriormente emergem os delitos (roubo/furto ou tráfico) justificados pela manutenção do consumo.

A categoria de delinquente-toxicodependente afirma-se na delinquência como modo habitual de vida. Especializou-se na delinquência aquisitiva antes do consumo de drogas e dá continuidade a esse comportamento após a iniciação dos consumos praticando ocasionalmente delitos associados ao seu mercado ilícito. Possuem desde cedo uma frágil vinculação social, os seus agregados familiares são numerosos, o relacionamento intrafamiliar é perturbado por problemas de ordem relacional e pela elevada ocorrência de alterações estruturais. O seu percurso escolar revela-se irregular desde o início e é abandonado, em regra, após a conclusão do 1º ciclo. O percurso laboral inicia-se após o abandono escolar em actividades não qualificadas, apresentando-se irregular. Os primeiros contactos com as drogas ocorrem preferencialmente antes dos 16 anos com a integração na sub-cultura delinquente ou pré-delinquente e fazem parte da actividade geral do grupo.

A terceira categoria proposta por Agra diz respeito ao especialista em droga-crime, inicia a sua actividade criminal grave no período que medeia o consumo de drogas leves e o consumo de drogas duras, embora tenha hábitos de consumo ocasional de drogas ligeiras a sua actividade desviante na criminalidade está associada ao mercado ilícito de drogas, praticando secundariamente crimes de receptação ou roubo. São oriundos de famílias numerosas mas com enquadramentos familiares mais estruturados que os anteriores, muitos conseguem ter percursos escolares regulares concluindo o 1º ou 2º ciclo. O percurso laboral inicia-se antes dos 16 anos em actividades não qualificadas e tendem para uma irregularidade crescente. O contacto com drogas leves dá-se antes dos 17 e com as drogas duras por volta dos 22 anos no

jogo de relações e de contextos da actividade delinvente, sobretudo caracterizada pelo tráfico de estupefacientes.

Anália Torres (2002) também defende a forte associação entre a reincidência criminal e o consumo de drogas, desenhando um perfil associado a trajetórias tipo: fica-se dependente de substâncias, com o seu preço elevado e o sofrimento das situações de abstinência entra-se em percursos de delinquência para a obtenção de dinheiro para consumo, vai-se para a prisão, continua-se a consumir, sai-se, continua-se a consumir, cometem-se novos crimes para alimentar a dependência, volta-se à prisão. Este é o percurso de um conjunto significativo de reclusos nas prisões portuguesas. No entanto, os mais velhos (56 e mais anos) estão muito menos associados a crimes relacionados com droga, sendo mais condenados por crimes que têm penas mais longas (por exemplo: homicídios) e os mais jovens têm idades que tornam difícil, ou impossível, a reincidência prisional. Os dados que recolhi no EPC confirmam estas conclusões e a forte associação entre a reincidência criminal e o consumo de drogas, assim como, a relação menos evidente entre os reclusos mais velhos.

Confrontando, de novo, a minha informação com os dados que nos apresenta Agra (2008), é evidente a preponderância do consumo da heroína como substância mais consumida pelos reclusos antes da detenção. Recorrendo aos dados do CAT, em Novembro de 2008 constatou-se que em 361 reclusos do EPC, 205 estavam ligados ao consumo de álcool e/ou outras drogas, representando aproximadamente 56% da população reclusa, onde o mais velho tem 57 anos de idade e o mais novo 22 anos de idade. Quanto às substâncias de referência nesta população, podemos verificar que existe um predomínio do consumo de heroína em relação às outras substâncias. A cocaína aparece muito relacionada com as situações de consumo de heroína, isto é, aparece referenciada conjuntamente com outros consumos (Anexos 14 e 15).

Estas drogas ilícitas estão associadas ao delito mas a natureza e intensidade dessa relação é específica e não geral. Os delitos contra a propriedade e relacionados com a droga (tráfico) são mais frequentes que os restantes tipos de delito. O comportamento violento não se revelou estar associado directamente ao consumo de drogas, surge normalmente ligado ao sistema de compra e venda das substâncias, motivado por aspectos económicos, e as vítimas estão igualmente implicadas nesse sistema. Os delinquentes consumidores são também os mais precoces nessa mesma actividade delituosa o que faz com que o seu primeiro contacto com as instâncias

formais de controlo e o sistema de justiça penal ocorra mais cedo também. O vínculo à actividade laboral regular, por parte destes indivíduos, é muito mais frágil e instável (Agra, 2008).

Após a análise de todas estas variáveis, poderá dizer-se que a associação entre a droga e o crime, que parece evidente, se estabelece sob certas condições, de onde se destacam: estruturas familiares instáveis e conflituais, condições económicas precárias, contextos culturais desfavorecidos, espaços residenciais empobrecidos, sociabilidades que se estabelecem com base na delinquência.

O Comité de Ministros do Conselho da Europa, em 1989, recomendou aos Estados-membros a implementação de políticas que proporcionem o acesso de todos os reclusos a um ensino semelhante ao ministrado no exterior mas que tivesse também em atenção os contextos sociais, económicos e culturais dos indivíduos. Esta recomendação surge do reconhecimento do pouco sucesso das experiências escolares da maioria destes indivíduos, essa deficiente educação de base é uma barreira à reintegração social (Gomes *et al.*, 2003). A educação e a formação profissional são de extrema importância no tratamento penitenciário, até para as taxas de reincidência, pois proporcionam aos reclusos meios credíveis para que, uma vez em liberdade, encontrem emprego. Um emprego contribui para o aumento da sua auto-estima e motivação e sendo independentes economicamente não têm de recorrer a actos criminosos. Contudo, têm sido encaradas apenas como uma forma de ocupação durante a reclusão.

Este estudo constata os mesmos problemas que outros autores já identificaram (Gomes *et al.*, 2003): a falta de coordenação entre os programas de formação e as necessidades do mercado de trabalho exterior, a falta de incentivos que contrariem a falta de motivação proveniente de experiências escolares anteriores negativas e a inexistência de programas que permitam aos ex-reclusos continuar os estudos no exterior. A maioria dos reclusos frequenta ou frequentou a escola, mas quase todos acabam por abandonar novamente os estudos por acharem que não vale a pena ou por “não terem cabeça”. Apenas um recluso pretende ingressar no ensino superior, trata-se de um recluso com muita criatividade, bastante activo (trabalha, pinta e faz teatro), ex-toxicodependente e com vontade de se reabilitar para não voltar a delinquir.

Entre os entrevistados, três são inactivos, os restantes trabalham, estudam ou conciliam as duas coisas. A motivação é a remuneração, precisam de dinheiro para as



despesas intra-muros e as famílias nem sempre têm condições de suportar essas despesas. Outros fazem-no com estratégias utilitaristas muito claras dentro do sistema: obtenção facilitada das saídas precárias ou da liberdade condicional.

Alguns faltam várias vezes sem justificações plausíveis e têm percursos erráticos relativamente à formação. O trabalho prisional visa dotar o recluso de competências para que posteriormente possa desenvolver uma actividade produtiva e facilite a sua reinserção social. No entanto, como constatam Gomes *et al.* (2003), o objectivo de aproximar o trabalho prisional ao trabalho em meio livre não tem sido atingido e as histórias destes reclusos são reveladoras neste domínio: os postos de trabalho disponíveis são reduzidos; os salários são baixos; ainda predominam as pequenas oficinas onde não são desenvolvidas competências essenciais ao mercado de trabalho: capacidade de comunicação, trabalho em grupo e responsabilidade profissional; as actividades desenvolvidas são normalmente as que se adequam às instalações e não à procura do mercado de trabalho. Segundo os relatos dos técnicos, no EPC o trabalho das oficinas era muito apreciado no exterior e empregava muitos reclusos, agora é cada vez mais escasso, as encomendas são raras e existe a opinião geral de que a qualidade diminuiu bastante. A divulgação das actividades que desenvolvem e da oferta disponível é escassa.

A eficácia do sistema de reinserção social depende da sua adaptação às estruturas da população a que se dirige. Estamos perante uma população cada vez mais jovem, com falta de motivação para aderir às actividades dentro da instituição e maioritariamente dependente de drogas, ora isso implica um acompanhamento especial e contínuo dentro e à saída do estabelecimento. Também houve um aumento do número de condenados por crimes sexuais, reclusos cujo comportamento é considerado exemplar mas com problemas de integração na prisão, são rejeitados pelos outros presos. É necessário um acompanhamento terapêutico contínuo para que em liberdade não voltem à dependência (Gomes *et al.*, 2003). Cinco dos reclusos da minha amostra frequentam o programa de substituição por metadona, dos restantes quase todos já frequentaram estes programas e conseguiram abandonar os consumos. Ainda assim, é muito frequente os consumos de drogas leves, no entanto, estes consumos são desvalorizados pelos reclusos: Diz o João: “meti-me na metadona e heroína deixei de consumir, haxixe consumo quase sempre... dizem, e eu sei, que não prejudica muito a saúde”. Em consequência das drogas muitos sofrem de hepatites.



Das histórias de vida, ressalta a importância das redes de relações sociais. Se já se destacou o significado das redes primárias e dos pares para a compreensão dos percursos de delinquência, é importante também referir o papel das redes sociais no apoio durante a reclusão e nas possibilidades de reintegração. As entrevistas mostram que, no que se refere à rede social de suporte, a mãe (quando é viva) é a figura que está sempre presente, que apoia e visita, por vezes os reclusos também contam com o apoio de outros familiares directos e amigos. Mas as narrativas mostram que a reincidência criminal tem um efeito desestruturador das redes. A continuidade da vida delinvente implica uma fragilização dos laços sociais. Como se constata também em Gomes *et al.* (2003), as dificuldades económicas das famílias são muitas vezes agravadas pela reclusão de um dos seus membros. As condicionantes económicas e emocionais face à reclusão de um familiar são por si só fonte de deterioração das relações entre o recluso e a família e dificultam as visitas e o acolhimento dos reclusos durante saídas precárias ou após a libertação. Verifiquei que este problema é agravado pelo facto de muitos reclusos estarem numa prisão longe da área de residência. Em 1982, o Comité de Ministros do Conselho da Europa considerou que as saídas da prisão contribuem para tornar a execução da pena de prisão mais digna e para melhorar as condições de detenção, sendo uma forma de facilitar a reintegração social do recluso (Gomes *et al.*, 2003). Mas para que sejam concedidas aos reclusos as saídas precárias ou a liberdade condicional é necessário que estes tenham quem os acolha e os apoie o que se torna cada vez mais difícil com a reclusão e a reincidência. Como refere João: “vim preso, abandonarem-me!”.

Nos problemas na reintegração conjugam-se a ausência de apoios informais e formais. De um modo frequente, os reclusos queixam-se dos apoios dentro da prisão e no momento em que saem da prisão. Existe uma opinião generalizada acerca da ineficácia ou inexistência dos apoios, assim como um sentimento de que estes já foram melhores. Alguns reclusos queixam-se da falta de apoio às famílias, pois, dada a sua condição de reclusão, a situação económica piorou consideravelmente. Ainda assim há aqueles que pensam que é o apoio adequado dada a sua condição de delinquentes. A este respeito é importante mencionar que, com as constantes reformas da administração pública, o trabalho dos técnicos é cada vez mais “trabalho de gabinete”, pois aumentam as tarefas administrativas e diminui o tempo disponível para o trabalho directo com os reclusos, que é primordial para um trabalho de reinserção social.

Contudo, a avaliação dos técnicos passa por contabilizar e registrar as tarefas administrativas (por exemplo, a inserção de dados no SIP sobre os atendimentos) e esse trabalho tem mesmo de ser realizado. Por outro lado, o discurso para com os reclusos, principalmente os reincidentes, tem de ser cada vez menos um discurso moralista (ao qual eles estão habituados). Deve haver uma maior adaptação à população reclusa presente e para que isso aconteça é necessário que se façam mais estudos para se conhecer os reclusos e se adotarem novas “ferramentas” interventivas.

Como obstáculo à reintegração e estímulo à reincidência, acresce a ausência de apoios e os estigmas da reclusão. A sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. Ao discriminarmos indivíduos por possuírem determinados traços, que nos chamam à atenção impossibilitando-nos de ver outros atributos, reduzimos as suas oportunidades de vida (Goffman, 1975). Os indivíduos da minha amostra referem como causas da reincidência, para além do retorno ao mesmo meio residencial e do retorno às drogas, os rótulos que a sociedade lhes atribui. Pois se antes de irem presos eram rotulados de toxicodependentes ou traficantes, quando saem da prisão trazem mais um rótulo, o de ex-reclusos. Estes homens relatam que chegaram a perder empregos só porque os patrões vieram a saber que eram ex-reclusos, pondo de lado as suas capacidades de desempenho das funções até ali realizadas.

Como já referi anteriormente, a prisão é uma “escola do crime” onde estes homens continuam uma vida de delinquência, mantêm negócios ilícitos, continuam a consumir, pertencem a grupos que exercem poder sobre os outros, continuam a gerir negócios ilícitos cá fora, entre outras coisas. Há ainda a troca de experiências, partilha de conhecimentos ao nível dos comportamentos desviantes. As actividades, desportivas e socioculturais<sup>19</sup>, são muito importantes neste contexto, pois envolvem os reclusos de forma intensa, obriga-os a “trabalharem” em conjunto, como um grupo, a lutar por um objectivo comum, a ultrapassar dificuldades. Ocupam-nos, distanciam-nos dos comportamentos criminais e ajudam a passar o tempo tornando-o mais “leve”. Não menos importante é o reconhecimento do seu bom desempenho, de facto os resultados têm sido óptimos, e o encorajamento para continuarem, quer por pessoas

---

<sup>19</sup> Cujo exemplo que observei mais de perto foi o grupo de teatro.

da instituição como pessoas do exterior que participam nestas actividades, isso dá-lhes ânimo, melhora a auto-estima. Este tipo de iniciativas, que se revela de extrema importância no processo de reabilitação abrange, no entanto, uma população diminuta.

Com este trabalho cheguei a conclusões semelhantes às de Gomes *et al.* (2003): não existem planos formais que acompanhem os reclusos pós-libertação; o objectivo do trabalho e da formação não é criar competências mas combater a inactividade; o trabalho e a formação profissional existentes não são suficientes e são geralmente desadequados ao mercado de trabalho; os critérios e procedimentos de selecção dos reclusos para ocupações laborais ou formação profissional nem sempre são os mais indicados; faltam estímulos à frequência do ensino escolar; os cuidados de saúde são insuficientes; há dificuldades em separar os reclusos dentro dos estabelecimentos prisionais e dentro do sistema prisional no seu conjunto.

Por outro lado há deficiência na comunicação e articulação dos sistemas judicial e prisional, quer no interior de cada um, quer entre si, quer com outras instituições. E faltam programas sistemáticos e integrados de formação permanente para os corpos profissionais para que possam responder aos novos desafios impostos por um novo perfil de população prisional. Sendo que, as reformas têm incidido, sobretudo, na renovação de infra-estruturas (Gomes *et al.*, 2003).

Tendo em conta tudo o que foi referido, é possível traçar um perfil de reincidente que caracterize a amostra deste estudo. Assim, estamos perante indivíduos provenientes de classes sociais baixas, com baixos rendimentos e pouca escolaridade cujas famílias são desestruturadas: pertencem a famílias monoparentais, por morte de um dos cônjuges ou divórcio e/ou a famílias onde os comportamentos aditivos, a violência e o mau relacionamento entre os seus membros são uma realidade. É neste contexto que iniciam os consumos de drogas, e quase sempre os primeiros actos delinquentes, frequentemente associados também ao abandono escolar precoce. Aqui destaca-se o papel dos pais que não incentivam os filhos a estudar porque não vêem os estudos como uma mais-valia, preferindo que exerçam uma actividade remunerada para contribuírem nas despesas da família. Dadas as suas baixas habilitações, os percursos laborais são pouco estáveis, marcados por empregos pouco satisfatórios quer a nível da remuneração como da realização pessoal. Este é um dos factores que contribui para trajectórias de delinquência, nomeadamente para o comércio de drogas como sustento da dependência ou pelos ganhos significativos que implica. Sendo esta a

sua trajetória de vida a institucionalização é o passo seguinte e dadas as fragilidades do sistema prisional, mencionadas anteriormente, estes indivíduos saem em liberdade com as mesmas competências, baixas habilitações e poucos hábitos de trabalho. A rede social de apoio é muito frágil, encontra-se em condições semelhantes ou piores às existentes no período anterior à reclusão. Por não terem outra opção (sobretudo recursos económicos), em liberdade voltam ao meio onde habitavam e facilmente são reconhecidos e rotulados como toxicodependentes, traficantes e/ou ex-reclusos, o que associado às suas competências escolares e profissionais não lhes permite encontrar emprego. Reencontram as mesmas amizades quase sempre desviantes e as mesmas oportunidades. O retorno à toxicodependência também é frequente. Não há reinserção social efectiva e voltam a delinquir. É este o percurso comum a todos os membros da minha amostra.

A reabilitação dos delinquentes parece ser apenas uma utopia dadas as falhas aqui apresentadas. As instituições prisionais são por primazia repressivas e punitivas. O trabalho realizado com os reclusos devia apostar mais no desenvolvimento de competências sócio-culturais. Deveria haver um acompanhamento contínuo e em várias vertentes: por um lado, um trabalho de prevenção primária no qual se desenvolvam acções junto das famílias mais desfavorecidas, diminuindo o risco das crianças socializadas nestes meios se tornarem futuros delinquentes e diminuindo a discriminação em relação a estes indivíduos com fortes carências; por outro lado, quando esse trabalho falha deve haver uma intervenção secundária capaz de reabilitar estas pessoas, as instâncias formais de controlo e o sistema de justiça penal devem dotar estes indivíduos de competências que lhes permitam a reinserção social (adequadas ao mercado laboral, por exemplo); enquanto os indivíduos estão institucionalizados deveria haver um apoio contínuo às famílias, nomeadamente no que se refere aos apoios económicos e ao reforço dos laços familiares e, por fim, faz falta a existência de uma rede de profissionais que estabeleça a ponte entre as instituições e o retorno à vida social, ajudando no processo de reinserção para que os ex-reclusos não se sintam desamparados num decurso tão moroso e difícil como este. A par destas mudanças, considero essencial a sensibilização para a não discriminação destas pessoas pois só assim poderão encontrar outras oportunidades de vida, nomeadamente um emprego.

## CONCLUSÃO

Este Relatório pretendeu dar conta de um percurso de quatro meses de estágio no Estabelecimento Prisional de Coimbra. O trabalho desenvolvido durante este período teve uma dupla vertente: integração nos Serviços de Educação do Estabelecimento e estudo da problemática da reincidência criminal entre os reclusos do EPC.

A integração nos Serviços de Educação e na própria instituição passou por uma fase de observação da prisão, do seu espaço, dos serviços que agrega e das populações que a habitam e dos vários papéis que estas desempenham no seu interior.

O espaço físico da cadeia foi-me dado a conhecer de forma gradual para que houvesse uma adaptação mútua aquele contexto. Foram em especial tomados cuidados no meu (re)conhecimento pelos reclusos. Progressivamente fui entrando nas zonas “mais fechadas” da prisão – como tal, a “zona prisional” e as oficinas foram os últimos espaços que conheci<sup>20</sup>.

Ao longo do estágio acompanhei os técnicos de reeducação no trabalho quotidiano que desenvolvem, quer no trabalho de interacção com os reclusos quer no trabalho mais burocrático. Assim, fui assistindo aos “atendimentos” e aos Conselhos Técnicos Internos, acompanhei a elaboração de relatórios de liberdade condicional e fichas de mobilidade e executei tarefas administrativas diárias (arquivo e distribuição de expediente, execução de cartões de visita, entre outras). Entre estas tarefas destaco a extrema importância dos “atendimentos”. Assistir aos “atendimentos” foi fundamental para conhecer os reclusos e as exigências do trabalho realizado pelos técnicos. Estes foram momentos muito marcantes a nível emocional e ricos em aprendizagens. Ao mesmo tempo que conhecia as suas histórias de vida ia percebendo que postura devia adoptar perante os reclusos, como resolver determinadas situações, que tipo de relações se estabelecem entre os técnicos e os reclusos. O modelo de comportamento/postura dos técnicos face aos reclusos é condicionado pelo perfil do recluso e pela interacção que se estabelece entre ambos. Ao longo do estágio contactei com diferentes reclusos para os quais foi necessário adoptar posturas diferentes consoante cada um deles, assim estabeleci relações de maior ou menor

---

<sup>20</sup> Sensivelmente uma semana depois do início do estágio.

proximidade, maior ou menor empatia, em que tive de gerir muito bem as relações estabelecidas para nunca quebrar as regras institucionais mas também não quebrar a “confiança” dos reclusos. De um modo geral não foi difícil o diálogo com esta população e fui muito bem recebida por eles. O acompanhamento do trabalho burocrático realizado pelos técnicos foi essencial para conhecer o seu trabalho, a sua relação com as famílias e o seu papel na reintegração. Com a participação nas diferentes tarefas fui adquirindo os conhecimentos necessários para, gradualmente, as ir realizando de forma mais autónoma.

Durante o trabalho realizado neste período foi necessário contactar com os restantes serviços do EPC. Os contactos e conversas informais com reclusos e trabalhadores do EPC permitiram-me o acesso a informações privilegiadas acerca das relações entre os diferentes grupos no interior da prisão e as estratégias de vida utilizadas pelos reclusos durante o cumprimento de pena. Foi muito benéfico para o meu trabalho como investigadora. O estágio possibilitou-me conhecer um espaço que percebi ser tão desconhecido socialmente.

Não é suficiente punir-se um indivíduo porque cometeu crimes, a par da punição é necessária a reabilitação. Tal como não chega dizer-se que há droga nas prisões, que estão sobrelotadas, que há grupos de interesses, que há violência e homicídios, que há suicídios, que há homossexualidade, entre outras coisas. É necessário conhecer-se esta realidade para que se possam organizar estratégias interventivas, e nada melhor do que os trabalhos de investigação, apoiados em observações feitas nas prisões, para nos darem a conhecer essa mesma realidade. Parece-me de extrema importância que a sociologia tenha lugar no meio prisional. O seu contributo passa quer pela visibilização do espaço prisional e das suas populações, quer pela compreensão dos processos interactivos entre o exterior e o interior da prisão. Este trabalho é essencial para promover uma efectiva reinserção social dos reclusos.

O trabalho de investigação possibilitou-me um contacto mais directo com os reclusos e as suas histórias de vida. Este foi um período gratificante proporcionando uma experiência enriquecedora a nível profissional e pessoal. As entrevistas, técnica escolhida como forma de aceder ao significado e sentido das acções dos inquiridos, foram momentos de frente a frente entre mim e o recluso, sem ninguém para mediar esta relação de estagiária/investigadora e recluso. Mas não foram a única fonte de

informação desta investigação, foi de extrema importância o confronto com fontes documentais (os processos dos reclusos), com o testemunho dos técnicos e com a própria observação que tive oportunidade de fazer ao longo do estágio.

Neste estudo foi possível identificar diversas variáveis que contribuem para a reincidência de reclusos. A maioria destes indivíduos são provenientes de famílias de classes sociais baixas, com fracos rendimentos e pouco capital escolar. Para além destes problemas acresce-lhes o facto de serem tendencialmente desestruturadas, por existirem comportamentos aditivos por parte dos pais e/ou violência, por serem famílias monoparentais por morte de um dos cônjuges ou divórcio ou pelo mau relacionamento entre pais e filhos ou entre irmãos. E é neste contexto que muitos destes reclusos iniciaram os consumos de drogas ainda durante a adolescência, bem como os primeiros actos delinquentes, seguindo-se o abandono escolar. Dadas as baixas habilitações a sua inserção laboral é marcada por trabalhos considerados pesados, de fraca qualificação, pouco prestigiantes e mal remunerados. Este é um dos factores que contribui para trajectórias de delinquência, nomeadamente para o comércio de drogas pelos ganhos significativos que implica.

Após a reclusão, estes indivíduos saem em liberdade com as mesmas competências e a rede social de apoio continua a ser muito débil. A sua única opção é voltarem ao meio onde habitavam e onde são facilmente reconhecidos e rotulados como toxicodependentes, traficantes e/ou ex-reclusos, o que associado às suas competências escolares e profissionais não lhes permite encontrar emprego. Aqui reencontram as mesmas amizades quase sempre desviantes e as mesmas oportunidades. O retorno à toxicodependência é igualmente frequente.

A reincidência é o resultado da não efectividade do trabalho de reinserção. A este nível foram detectadas, no EPC, as mesmas falhas já identificadas por Gomes *et al* (2003) nos serviços prisionais. Não existem planos formais que acompanhem os reclusos pós-libertação; o objectivo do trabalho e da formação não é criar competências mas combater a inactividade; o trabalho e a formação profissional existentes não são suficientes e são geralmente desadequados ao mercado de trabalho; os critérios e procedimentos de selecção dos reclusos para ocupações laborais ou formação profissional nem sempre são os mais indicados; faltam estímulos à frequência do ensino escolar.



Este estágio permitiu, também, evidenciar alguns outros problemas já avançados no trabalho anteriormente citado de Gomes *et al.* (2003): a deficiência na comunicação e articulação dos sistemas judicial e prisional, quer no interior de cada um, quer entre si, quer com outras instituições; a inexistência de programas sistemáticos e integrados de formação permanente para os corpos profissionais para que possam responder aos novos desafios impostos por um novo perfil de população prisional. Existe um descrédito total por parte dos reclusos e ex-reclusos face ao sistema judicial e prisional e às outras instituições adjacentes, de que é exemplo a Direcção Geral de Reinserção Social, por estes apoios não serem suficientes para a sua reinserção e a obtenção de condições de vida melhores, que os afastem do mundo da delinquência.

Na sequência de todo o trabalho que realizei e das conclusões que cheguei, considero de extrema importância que se reabra a discussão em torno da actividade e inactividade dos reclusos no interior da prisão. Se a reabilitação passa pela formação escolar e profissional e pelo exercício de uma actividade laboral durante o cumprimento da pena, dificilmente essa reabilitação é efectiva entre os reclusos que são inactivos durante o período de reclusão.

Este relatório pretendeu dar conta de um percurso pessoal e profissional, de investigação e de reflexão. Durante "Quatro Meses na Prisão" pude viver uma experiência extremamente enriquecedora de diferentes pontos de vista. Em primeiro lugar, este estágio foi uma jornada pessoal motivadora e desafiante, que me questionou muito para além do plano académico. Em segundo lugar, tive a oportunidade de desenvolver uma experiência profissional enriquecedora em que adquiri competências a vários níveis. Apliquei conhecimentos obtidos durante a formação académica, mas, adquiri, também, novos conhecimentos, provenientes de outras áreas e dos contactos com outros profissionais. Ao encerrar este percurso quero acreditar que o benefício não foi apenas meu. Tentei realizar as tarefas que me foram atribuídas da melhor maneira possível e penso que, dentro das minhas possibilidades, contribuí um pouco para o trabalho de reabilitação no contexto prisional. Espero que este contributo vá para além do "ar fresco" que os reclusos sentem com a presença das estagiárias. Discutindo as causas da reincidência, através da voz dos reclusos, este relatório pretendeu, também, identificar problemas e potencialidades do trabalho social no interior na prisão.



## BIBLIOGRAFIA

AGRA, Cândido (2008) *Entre Droga e Crime*. Viseu: Casa das Letras.

BERGER, Peter L.; Luckmann, Thomas (1999), *A Construção Social da Realidade: um Livro sobre a Sociologia do Conhecimento*. Lisboa: Dinalivro.

CUNHA, Manuela Ivone Pereira da (2002), *Entre o bairro e a prisão : tráfico e trajectos*. Lisboa: Fim de Século.

CRUZ, M. Braga da (2004), *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

DALLOS, Rudi; McLaughlin, Eugene (1994), *Social Problems and the Family*. The Open University.

DIAS, Jorge de Figueiredo e ANDRADE, Manuel da Costa (1997) *Criminologia: O Homem Delinvente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra Editora.

DURKHEIM, Emile (2004), “O Suicídio e a anomia” in Cruz, M. Braga da, *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

FARRINGTON, Keith (1992), “The Modern Prison as Total Institution? Public Perception Versus Objective Reality”, *Crime and Delinquency*, vol.38, nº1, pp. 6-26.

FOUCAULT, Michel (1977), *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes.

GIDDENS, Anthony (1997). *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

GOFFMAN, Erving (1975), *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro : Zahar.

GOFFMAN, Erving (2003), *Manicómios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Editora Perspectiva.

GOMES, Conceição et al. (2003), *Reinserção Social de Reclusos: um contributo para o debate sobre a reforma do sistema prisional*. Coimbra: Observatório Permanente da Justiça Portuguesa/Centro de Estudos Sociais.

GONÇALVES, Rui Abrunhosa (1993), *A Adaptação à Prisão: Um Processo Vivido e Observado*. Lisboa: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais.

GOODMAN, Norman (1993), *Marriage and the family*. New York: Harper Perennial.

HESPANHA, Pedro et al. (2000), *Entre o Estado e o Mercado: As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*. Coimbra: Quarteto.

KELLERHALS, Jean; Lazega, Pierre-yves Troutot Emmanuel (1989), *Microsociologia da Família*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

LEMIRE, Guy (1990), *Anatomie de la Prision*. Montréal: Presses de L'Université de Montréal.

MERTON, Robert K. (1968), *Social theory and social structure*. New York: Free Press.

MOREIRA, J.J. Semedo, (1994). *Vidas Encarceradas: estudo sociológico de uma prisão masculina*. Lisboa: Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais do Centro de Estudos Judiciários.

PEREIRA, João Paulo (1998), "Valores e Prevenção da Reincidência" in *Temas Penitenciários*, Série II. I. 87-92.

Provedor da Justiça (2003), *As nossas prisões*. Lisboa: Provedoria da justiça.

# Anexos

## Anexos

Anexo 1: Tabela 1 – Distribuição dos reclusos por idade

Anexo 2: Tabela 2 – Distribuição dos reclusos por Nacionalidade

Anexo 3: Tabela 3 – Distribuição de reclusos por distrito

Anexo 4: Tabela 4 – Distribuição dos reclusos em meio livre segundo a Classificação Nacional de Profissões

Anexo 5: Tabela 5 – Distribuição de reclusos por tipo de crime

Anexo 6: Gráfico 1 – Distribuição de reclusos reincidentes e primários

Anexo 7: Tabela 6 – Distribuição dos reclusos activos por sector ocupacional

Anexo 8: Tabela 7 – Distribuição dos alunos pelos diferentes graus de ensino

Anexo 9: Tabela 8 – Lista de Cursos de Formação Profissional

Anexo 10: Técnico Superior de Reeducação – conteúdo funcional e actividades

Anexo 11: Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes

Anexo 12: Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes (continuação) – tipo de crimes

Anexo 13: Guião de Entrevistas

Anexo 14: Tabela 9 - Distribuição de reclusos por consumo

Anexo 15: Gráfico 1 - Consumo de substâncias

## Anexo I

Tabela I – Distribuição dos reclusos por idade

Idade	Nº de reclusos	%
≤ 20	1	0,28
21-25	18	4,99
26-30	55	15,23
31-35	77	21,33
36-40	68	18,83
41-45	55	15,24
46-50	38	10,52
51-60	37	10,25
61-65	8	2,22
66-70	4	1,11

Fonte: SIP

Média de idades = 36,1

## Anexo 2

Tabela 2 – Distribuição dos reclusos por Nacionalidade

Nacionalidade	Nº de reclusos	%
Albânia	1	0,28
Alemanha	1	0,28
Angola	3	0,83
Brasil	1	0,28
Cabo Verde	7	1,94
Colômbia	1	0,28
Espanha	4	1,11
França	3	0,83
Guiné	1	0,28
Moldávia	1	0,28
Ucrânia	4	1,11
Geórgia	1	0,28
Roménia	5	1,39
Rússia	1	0,28
Portugal	327	90,6

Fonte: SIP

## Anexo 3

Tabela 3 – Distribuição de reclusos por distrito

Distrito de residência	Nº de reclusos	%
Albufeira	9	2,58
Aveiro	58	16,62
Braga	23	6,59
Bragança	3	0,86
Castelo Branco	10	2,87
Coimbra	77	22,06
Évora	2	0,57
Guarda	7	2,01
Leiria	20	5,73
Lisboa	38	10,89
Ponta Delgada	2	0,57
Porto	61	17,48
Santarém	6	1,72
Viana do Castelo	3	0,86
Viseu	30	8,60

Fonte: SIP

## Anexo 4

Tabela 4 – Distribuição dos reclusos em meio livre segundo a Classificação Nacional de Profissões

Classificação Nacional das profissões	Quantidade de profissões	Nº de reclusos
Grande Grupo 1 – Quadros Superiores da Administração Pública, Dirigentes e Quadros Superiores de Empresa	1	1
Grande Grupo 2 – Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	6	7
Grande Grupo 3 – Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	18	47
Grande Grupo 4 – Pessoal Administrativo e Similares	3	5
Grande Grupo 5 – Pessoal dos Serviços e Vendedores	14	64
Grande Grupo 6 – Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas	3	7
Grande Grupo 7 – Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	15	110
Grande Grupo 8 – Operadores de Instalações e Máquinas e Trabalhadores da Montagem	6	18
Grande Grupo 9 – Trabalhadores Não Qualificados	12	23

Fonte: SIP



## Anexo 5

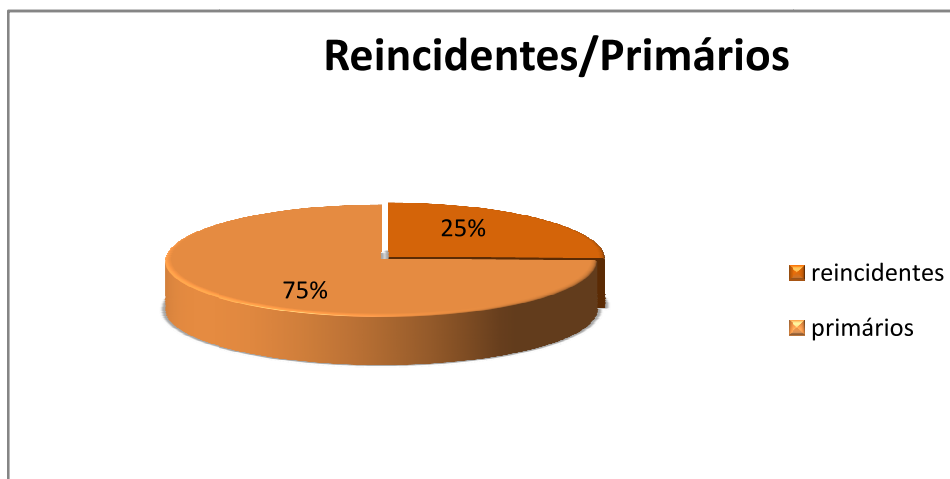
Tabela 5 – Distribuição de reclusos por tipo de crime

Tipo de Crime	Nº de reclusos	%
Crimes contra a vida	136	16
Crimes contra a liberdade pessoal	55	6,47
Crimes contra a liberdade e autodeterminação sexual	27	3,18
Crimes contra a autodeterminação sexual	4	0,47
Crimes contra a integridade física	33	3,88
Crimes contra a honra	3	0,35
Crimes contra a reserva da vida privada	13	1,53
Crimes contra a propriedade	249	29,29
Crimes contra o património em geral	38	4,47
Crimes contra o respeito devido aos mortos	7	0,82
Falsificação de documentos	34	4
Falsificação de moeda, título de crédito e valor selado	5	0,59
Crimes de perigo comum	11	1,29
Crimes contra a segurança das comunicações	36	4,24
Crimes contra direitos patrimoniais	16	1,88
Crimes contra a paz pública	12	1,41
Crimes contra a autoridade pública	20	2,35
Tirada de evasão de presos e não cumprimento de obrigações impostas por sentença criminal	12	1,41
Crimes contra a realização de justiça	14	1,65
Crimes contra outros bens jurídicos pessoais	2	0,24
Legislação Especial	Nº de reclusos	%
DL.454/91 de 28 de Dezembro	3	0,35
Lei nº 5/2006 de 23 de Fevereiro art. nº 86	43	5,06
DL.15/93 de 22 de Janeiro	74	8,71
DL. 59/93 art. nº 90 e 93	3	0,35

Fonte: SIP e Código Penal

## Anexo 6

Gráfico I – Distribuição de reclusos reincidentes e primários



## Anexo 7

Tabela 6 – Distribuição dos reclusos activos por sector ocupacional

Ocupação Laboral	Nº de reclusos
Alfaiataria	5
Caldeiras	1
Escritórios de Oficinas	11
Gabinete de Desenho	2
Oficina de Empalhadores	6
Oficina de Encadernação	7
Oficina de Entalhadores	1
Oficina de Estofaria	1
Oficina de Marcenaria	9
Oficina de Mecânica	3
Oficina de Polidores	3
Oficina de Sapataria	1
Oficina de Serralharia	16
Oficina de Serração	4
Secção Desportiva	1
Secção Agrícola	7
Secção de Obras	25
Secção Eléctrica	3
Serviços Administrativos	1
Faxinagem	40
Lavandaria	6
<b>Total</b>	<b>153</b>

Fonte: dados da Secção de Contabilidade

## Anexo 8

Tabela 7 – Distribuição dos alunos pelos diferentes graus de ensino

Graus de Ensino	N <sup>a</sup> de Reclusos
Curso EFA B1 Turma A	15
Curso EFA B1 Turma B	17
Curso EFA B2 Turma A	16
Curso EFA B3 Turma A	10
Curso EFA B3 Turma B	15
Curso EFA B3 Turma C	10
Curso EFA B3 Turma D	11
Curso EFA de Nível Secundário	17
<b>Total</b>	<b>111</b>

Fonte: Pelouro da escola

Nota: Existem quatro graus de ensino ministrados na escola do EPC. O 1º ciclo (EFA B1), 2º ciclo (EFA B2), o 3º ciclo (EFA B3) e o nível secundário.

## Anexo 9

Tabela 8 – Lista de Cursos de Formação Profissional

Cursos	N <sup>a</sup> de Reclusos
Carpintaria e Limpos	7
Electricidade e Instalações	14
Pintura e Construção Civil	12
Instalações e Reparação de Computadores	10
<b>Total</b>	<b>43</b>

Fonte: Pelouro da formação profissional

## Anexo 10

### **Técnico Superior de Reeducação – conteúdo funcional e actividades**

Segundo o mesmo decreto (DL nº 349/91 de 18 de Setembro), compete ao Técnico Superior de Reeducação:

- Propor e desenvolver as actividades necessárias ao acolhimento dos reclusos em colaboração com o IRS e os restantes serviços do estabelecimento;
- Conceber, adoptar e/ou aplicar métodos e processos técnico-científicos considerados mais adequados ao acompanhamento dos reclusos durante a execução de medidas privativas de liberdade, nomeadamente no que respeita à elaboração e actualização do PIR e à emissão de pareceres legalmente exigidos ou superiormente solicitados;
- Prestar à direcção dos estabelecimentos a assessoria técnica necessária à execução do plano individual de tratamento dos detidos, nomeadamente no que concerne à ocupação laboral, frequência da escola ou formação profissional, aplicação de sanções disciplinares e as alterações do regime de cumprimento de pena;
- Apoio técnico aos TEPs através da elaboração de relatórios, emitindo pareceres sobre a evolução da personalidade dos reclusos durante a execução da pena, de modo a habilitar os respectivos juízes a avaliar a persistência ou não de perigosidade e a viabilidade da sua inserção social;
- Elaboração de programas de execução de estudos psico-sociais e acompanhamento individual dos delinquentes;
- Concepção e/ou desenvolvimento de projectos de actuação ao nível de grupos específicos em risco psico-afectivo, designadamente toxicodependentes, portadores de doenças transmissíveis, jovens adultos e doentes mentais;
- Conceber programas de prevenção primária e secundária, nomeadamente de consultas, tratamento e apoio permanente a reclusos em risco e/ou consumidores de drogas;
- Organizar e dinamizar actividades culturais recreativas, formativas e de educação física, com a participação dos reclusos, com vista à ocupação dos tempos livres e à promoção da vertente psicossocial dos mesmos;

- Organizar o contacto dos reclusos com o meio exterior, incentivando a troca de correspondência e convívio periódico com familiares e amigos;
- Organizar cursos escolares de diferentes graus de ensino, estimular os reclusos à sua frequência e estabelecer os contactos necessários com o Ministério da Educação;
- Fomentar o acesso dos reclusos aos meios de comunicação social de forma a mantê-los informados dos acontecimentos relevantes da vida social;
- Estimular a participação de grupos de voluntários da comunidade na vida prisional, em ordem a viabilizar e ressocialização futura dos reclusos;
- Organizar estudos estatísticos e elaborar planos e relatórios de actividades.

Anexo II

Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes

	idade	habilitações	estado civil	profissão	concelho	nacionalidade	prisões	condenações
1	49	4º ano	solteiro	trab. Agrícola/rural	Carraceda de Ansiães		4	5
2	43	4º ano	solteiro	comerciante	Gondomar		2	2
3	40	4º ano	casado	calceteiro	Barcelos		2	3
4	33	8ºano	solteiro		Lisboa		2	9
5	43	9ºano	casado	compositor musical	Porto		5	9
6	61	4º ano	casado	comerciante	Viseu		6	13
7	37	9ºano	solteiro	electricista da construção civil	Lisboa		2	10
8	34	9ºano	solteiro	elemento do exercito	Figueiró dos vinhos		1	3
9	49	4ºano	casado	outros directores de produção e exploração agrícola e similares	Barcelos		2	5
10	31	6ºano	solteiro	servente - construção civil e obras públicas	Águeda		3	6
11	40	6ºano	solteiro	electricista da construção civil	Maia		5	2
12	37	6ºano	solteiro	serralheiro civil	Torres novas		9	5
13	48	analfabeto	solteiro	vendedor ambulante - produtos não comestíveis	Vila Nova de Gaia		7	7
14	54	6ºano	solteiro	vendedor de mercado	Gondomar		2	8
15	31	6ºano	solteiro		coimbra		3	14
16	41	6ºano	divorciado		Coimbra		3	4
17	41	6ºano	casado	empresário	Arcos de Valdevez		5	9
18	47	4ºano	solteiro	servente - construção civil e obras públicas	Felgueiras		3	3
19	34	6ºano	solteiro	pintor - construção civil	Marinha Grande		3	7
20	28	6ºano	solteiro		Vila Nova de Gaia		3	9
21	29	analfabeto	solteiro		Ilhavo		3	5
22	31	4ºano	solteiro	pedreiro	Barcelos		2	5



Anexo II

Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes

	idade	habilitações	estado civil	profissão	concelho	nacionalidade	prisões	condenações
23	50	3ºano ?	casado	pedreiro	Albufeira	Georgia	2	1
24	29	6ºano	solteiro	outros serralheiros mecanicos e trabalhadores similares	Aveiro		3	11
25	34	9ºano	casado	director e gerente de produção industrial	Guimarães		2	1
26	38	6ºano	solteiro	empregado de balcão	Viseu		4	2
27	48	7ºano	divorciado	empregado de balcão	Arganil		4	7
28	32	9ºano	solteiro		Viseu		2	4
29	37	6ºano	solteiro	pedreiro	Mealhada		4	2
30	44	4ºano	solteiro	padeiro em geral	Lisboa		6	7
31	45	4ºano	solteiro	pintor - construção civil	Figueiró dos Vinhos		5	4
32	45	6ºano	casado	cortador de carnes verdes	Tarouca		6	4
33	32	analfabeto	solteiroiro	cesteiro - artesanato	Albergaria-a-Velha		6	4
34	34	sabe ler e escrever	solteiroiro	jardineiro	Lisboa		4	2
35	37	4ºano	solteiro	outros carpinteiros	Lisboa	Angola	3	5
36	25	1ºano	solteiro		Castelo branco		5	10
37	63	analfabeto	solteiro	vendedor ambulante - produtos não comestiveis	Évora		5	5
38	43	4ºano	solteiro	pedreiro	Lisboa		4	12
39	37	4ºano	solteiro	vendedor de mercado	Leiria		3	2
40	33	6º ano	divorciado	empregado de balcão	Barcelos		3	4
41	40	4ºano	divorciado	empregado de mesa	Miranda do Corvo		2	18
42	33	6ºano	solteiro	empregado de mesa	Coimbra		2	5
43	43	9ºano	solteiro	canalizador	Vila Real		3	18
44	35	9ºano	casado	serralheiro civil	Barcelos		2	7
45	39	4ºano	união de facto	vendedor ambulante - produtos não comestiveis	Mangualde		1	9
46	49	6ºano	casado	mediador (angariador de seguros)	Viseu		5	2
47	36	6ºano	solteiro	serralheiro civil	Porto		10	3
48	25	7ºano	solteiro		Leiria		2	8
49	38	6ºano	solteiro	serralheiro mecânico	Oliveira do Bairro	Angola	3	5

Anexo II

Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes

	idade	habilitações	estado civil	profissão	concelho	nacionalidade	prisões	condenações
50	52	4ºano	divorciado	servente - construção civil e obras públicas	Barcelos		7	8
51	34	4ºano	solteiro	outros carpinteiros	Porto		4	6
52	64	6ºano	divorciado	tipógrafo, em geral	Mafra		3	7
53	40	analfabeto	solteiro	vendedor ambulante - produtos não comestíveis	Caldas da Rainha		7	4
54	30	9ºano	solteiro	empregado de serviços de pesagem - pesador		Guiné	3	4
55	66	6ºano	união de facto	tipógrafo - emgeral	Lisboa	Moçambique	2	3
56	34	4ºano	solteiro		Leiria		3	10
57	29	6ºano	solteiro	pedreiro	Lisboa		3	9
58	35	4ºano	solteiro	vendedor ambulante - produtos não comestíveis	Porto		6	6
59	49	6ºano	casado	condutor de máquina de escavação	Ovar		3	3
60	27	6ºano	solteiro		Ilhavo		4	13
61	30	6ºano	solteiro	servente- construção civil e obras públicas	Viseu		2	2
62	60	sabe lêr e escrever	solteiro	vendedor ambulante - produtos não comestíveis	Seia		4	3
63	33	9ºano	solteiro		Alemanha		2	8
64	32	6ºano	solteiro	tipografo , em geral	Barcelos		5	9
65	42	6ºano	solteiro	empregado de mesa	Lisboa		6	11
66	33	9ºano	solteiro	lavador de viaturas	Vila Nova de Gaia		4	3
67	39	6ºano	casado	outros secretários	Ovar		5	11
68	38	9ºano	casado	carpinteiro de toscos	stº Antão do Tojal	Angola	2	11

Anexo II

Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes

	idade	habilitações	estado civil	profissão	concelho	nacionalidade	prisões	condenações
69	38	9ºano	solteiro	empregado de balcão	Funchal		4	8
70	63	11ºano	divorciado	outros directores de produção e exploração agrícola e similares	Lisboa		4	3
71	29	7ºano	solteiro	ladrihador (azuleijador)	Coimbra		3	3
72	30	6ºano	solteiro	servente - construção civil e obras públicas	Coimbra		2	9
73	24	8ºano	solteiro	pintor - construção civil	Coimbra	Angola	2	10
74	28	9ºano	solteiro	barman (empregado do serviço de bebidas)	Espinho		3	10
75	22	6ºano	solteiro		Ponta Delgada		2	12
76	27	6ºano	solteiro	magarefe	Coimbra		2	12
77	31	6ºano	solteiro	pesca - pesca de subsistencia	Coimbra		2	6
78	31	10ºano	casado	pintor - de superficies metálicas	sem residencia fixa	Ucrania	3	4
79	27	9ºano	solteiro		Ponta Delgada		2	7

Anexo II

Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes

	idade	habilitações	estado civil	profissão	concelho	nacionalidade	prisões	condenações
80	36	12ºano	solteiro	cantoneiro de limpeza	Ponte de Delgada		2	3
81	36	9ºano	solteiro	empregado de balcão	Oliveira de Azeméis		4	4
82	55	analfabeto	solteiro	vendedor ambulante - produtos não comestíveis	Braga		2	2
83	30	analfabeto	solteiro	vendedor de mercado	Ilhavo		2	3
84	32	4ºano	união de facto	motorista de automóveis ligeiros- passageiros	Porto		3	9
85	32	9ºano	solteiro		Évora		3	6
86	35	4ºano	solteiro	pedreiro	Leiria		2	3
87	35	analfabeto	solteiro	servente - construção civil e obras públicas	Évora		3	8
88	43	4ºano	solteiro	pintor - construção civil	Porto de Mós		6	13
89	35	2ºano	casado	servente - construção civil e obras publicas	Matosinhos		2	2
90	39	9ºano	solteiro	outros secretários	Vila Nova de Gaia		5	7
91	32	sabe ler e escrever	solteiro	pedreiro	Mortágua		3	6

Anexo 12

Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes (continuação) - Tipo de crimes

	tipo de crime	duração da pena
1	Homicídio qualificado dano qualificado ameaça e dano	25 anos 800 € 4 anos
2	tráfico e outras actividades ilícitas detenção ilegal de arma de defesa	10 anos 720 €
3	homicídio qualificado	14 anos
4	falsas declarações, furto e roubo	7anos e 6meses
5	homicídio condução de veículo sem habilitação legal	12 anos 4 meses
6	burla qualificada, crime de emissão de cheque sem provisão, condução de veículo em estado de embriaguez ou sob, Inf. De estupefacientes ou psicotrópicos crime de emissão de cheque sem provisão burla qualificada, crime de emissão de cheque sem provisão,	9anos 1 ano e 10 meses 5anos, 1mês e 21 dias
7	homicídio qualificado, falsificação de documento, furto qualificado, furto, burla qualificada, tráfico e outras actividades ilícitas rapto homicídio qualificado	25anos 6 anos e 10 meses 1ano, 8 meses e 1 dia
8	homicídio qualificado, homicídio qualificado na forma tentada, deserção, falsificação de documento, furto qualificado, burla qualificada, detensão ilegal de arma de defesa	25 anos
9	falsificação de documento, furto, roubo	20 anos
10	coação grave, furto qualificado	7anos e 5 meses, 75€
11	homicídio qualificado, roubo, recepção e detenção de arma proibida furto qualificado, roubo, detenção ilegal de arma de defesa	17anos 12anos
12	roubo furto furto sequestro, roubo, condução de veiculo sem habilitação legal furto qualificado furto qualificado sequestro e roubo furto furto qualificado furto qualificado, burla informática e nas comunicações, detenção de arma proibida	6anos 5anos e 8 meses 6anos, 6 meses 5anos, 10 meses aguardar julgamento aguardar julgamento aguardar julgamento aguardar julgamento aguardar julgamento
13	tráfico e outras actividades ilícitas condução de veículo sem habilitação legal desobediência, condução de veículo sem habilitação legal	6anos aguardar julgamento 14 meses
14	sequestro, falsas declarações, falsificação de documento, roubo, condução de veículo sem habilitação legal	15anos e 6 meses
15	furto furto	6anos e 2meses aguardar julgamento
16	sequestro, violação	5anos e 3meses
17	ofensa à integridade física qualificada, condução perigosa de veículo rodoviário, desobediência, violação de imposições, proibições ou interdições desobediência	4anos e 8 meses 760 € 12anos
18	roubo	12anos
19	ofensa à integridade física simples, ameaça, tráfico e outras actividades ilícitas homicídio privilegiado, ofensas corporais agravadas, coação, furto qualificado, dano, roubo, introdução em casa alheia, detenção ilegal de arma de defesa desobediência incendios, explosões e outras condutas especialmente perigosas	5anos e 8 meses 20anos 7meses 7anos
20	ofensa à integridade física simples roubo roubo condução perigosa de veículo rodoviário, condução de veículo sem habilitação legal roubo	6anos e 5 meses aguardar julgamento aguardar julgamento 2anos 5anos
21	tráfico e outras actividades ilícitas	8anos e 3 meses
22	furto furto qualificado	5anos e 4 meses 2anos e 3 meses
23	extorsão	7anos
24	homicídio por negligência, ofensa à integridade física por negligência, furto, condução de veículo sem habilitação legal detenção de arma proibida	5anos e 10 meses 11 meses
25	tráfico e outras actividades ilícitas	12 anos
26	tráfico de menor quantidade detenção de arma proibida furto qualificado tráfico de menor quantidade	4anos aguardar julgamento 3anos e 11 dias 1ano, 10meses, 9dias
27	tráfico e outras actividades ilícitas tráfico e outras actividades ilícitas	7 anos 1ano e 6meses
28	furto qualificado	10anos
29	ofensa à integridade física simples, ameaça, coação, homicídio qualificado na forma tentada, furto, roubo, violação de domicílio ou perturbação da vida privada furto qualificado	17anos aguardar julgamento
30	homicídio qualificado na forma tentada, detenção ilegal de arma de defesa	5 anos

Anexo 12

Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes (continuação) - Tipo de crimes

	tipo de crime	duração da pena
31	homicídio qualificado, introdução em lugar vedado ao público, furto qualificado, roubo, detenção de arma proibida	8anos, 1 mês e 29 dias
	tráfico e outras actividades ilícitas	11anos
32	evasão, tráfico e outras actividades ilícitas, detenção ilegal de arma de defesa	10anos e 6 meses
	furto qualificado	4anos, 2mese e 23 dias
33	homicidio qualificado na forma tentada, furto, detenção de arma proibida	7anos
34	roubo	2anos
	rapto, coacção sexual e roubo	8anos e 3 meses
35	homicidio qualificado	22 anos, 480€
36	ofensa à integridade física simples, furto, furto qualificado, furto de uso de veículo, roubo, desobediência, condução de veículo sem habilitação legal, falsificação ou contrafacção de documento	5anos e 6 meses
	sequestro, roubo e dano	3anos e 3 meses
	ofensa à integridade física qualificada	1ano e 6meses
37	sequestro, rapto, roubo, extorsão, detenção de arma proibida	8anos e 3 meses
	extorsão	aguardar julgamento
38	sequestro, furto, roubo e abuso de confiança e burla, evasão	6anos e 4 meses
39	tráfico e outras actividades ilícitas, detenção ilegal de arma de defesa	11 anos e 6meses
40	furto, furto qualificado	3anos e 6meses
	furto, furto qualificado, dano, dano qualificado, desobediencia	2anos, 4meses e 20dias
41	furto, furto qualificado, condução de veículo sem habilitação legal	3anos e 10meses
	furto, furto qualificado	3anos e 2 meses
	furto qualificado e roubo	4anos
	condução de veículo sem habilitação legal, desobediencia	12 meses
42	tráfico e outras actividades ilícitas	3anos, 1 mês e 10 dias
	tráfico e outras actividades ilícitas	aguardar julgamento
	falsas declarações	1ano
43	falsificação de documento, furto qualificado, burla receptação	14 anos 7 meses
	falsificação de documento, burla qualificada	aguardar julgamento
44	introdução em lugar vedado ao público, falsificação de documento, furto, furto qualificado, burla e receptação	12anos e 4 meses e 250€
	roubo	5anos
45	homicidio qualificado, falsificação de documento, passagem de moeda falsa, furto qualificado	22anos
	ofensa à integridade física grave, dano	2anos e 3meses
46	tráfico de consumidor	pena indeterminada - 4 a 8 anos
47	sequestro e roubo	5anos e 6 meses
	falsificação de documento, furto qualificado, resistencia e coacção sobre funcionário	4anos
48	furto, furto qualificado, burla informática e nas comunicações, condução de veículo sem habilitação legal	9anos 2 meses
	furto	2anos e 6meses
49	abuso sexual de crianças	9anos
	tráfico e outras actividades ilícitas	3anos
	evasão	11meses
	burla para a obtenção de alimentos, bebidas ou serviços	23dias e 70€
50	furto qualificado	3anos e 6 meses
	furto qualificado	3anos e 6 meses
	furto qualificado	10anos
	tráfico de menor quantidade	3anos
		2anos
51	roubo	5anos 8 meses
	tráfico de menor quantidade	3anos e 6meses
52	tráfico de menor quantidade	18 meses
	condução de veículo sem habilitação legal	8meses
	crime de emissão de cheque sem provisão	80dias 240€
	desobediencia	11meses
53	ofensa à integridade física qualificada.	7 meses
54	roubo	8anos
	detenção de arma proibida	aguardar julgamento
	homicidio qualificado, falsificação de documento, incendios, explosões e outras condutas especialmente perigosas, receptação, tráfico de menor quantidade, detenção ilegal de arma de defesa	22anos
	ameaça	7meses
56	roubo	7anos e 6 meses
	furto qualificado, burla informática e nas comunicações, falsidade de depoimento ou declaração	2anos 1 mês
	condução de veículo sem habilitação legal	250€ ou 30 dias
	sequestro, roubo	9anos
	ofensa à integridade física simples	5meses
58	furto, furto qualificado, dano, condução de veículo sem habilitação legal	10anos
	furto qualificado	9meses 12 dias
	condução de veículo sem habilitação legal	80 dias ou 120€
59	roubo	6anos
60	furto qualificado	11 anos e 2 meses
	desobediencia	aguardar julgamento
	roubo	14 meses

Anexo 12

Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes (continuação) - Tipo de crimes

	tipo de crime	duração da pena
61	homicídio furto qualificado	12 anos 4 meses 4 anos 2 meses
62	tráfico e actividades ilícitas tráfico e actividades ilícitas, detenção legal de arma de defesa	6anos e 4 meses 7anos
63	furto qualificado, burla, falsificação ou contrafacção de documentos furto qualificado	8anos 5anos 3meses
64	furto qualificado furto, condução de veiculo sem habilitação legal furto qualificado tráfico de menor quantidade roubo condução de veiculo sem habilitação legal	5anos e 3 meses aguardar julgamento aguardar julgamento 2 anos 3anos 4 meses 66dias
65	furto furto qualificado	10anos 8 meses 2anos 9 meses
66	tráfico e outras actividades ilícitas furto, roubo, dano com violência	5anos 2 meses 12 anos
67	furto, furto qualificado	12 anos
68	furto ameaça burla relativa a trabalho ou emprego furto, furto qualificado, roubo, burla, falsidade de depoimento ou declaração, condução de veiculo sem habilitação legal sequestro, roubo detenção de arma proibida falsidade de testemunho, pericia, interpretação ou tradução, simulação de crime	200dias 450 € aguardar julgamento 11anos 5anos, 10meses 600 € 1.050,00€
69	furto, furto qualificado, condução de veiculo sem habilitação legal uso de documento de identificação alheia, condução de veiculo sem habilitação legal evasão furto outros	12anos 3mese 15dias 11meses aguardar julgamento 7meses
70	associação criminosa, burla qualificada burla, falsificação ou contrafacção de documento fraude contra a segurança social tráfico e outras actividades ilícitas	10anos aguardar julgamento aguardar julgamento 1ano, 7meses 21 dias
71	sequestro, introdução em lugar vedado ao público, furto, roubo, violência depois da subtracção, detenção de arma proibida	7anos
72	furto qualificado introdução em lugar vedado ao publico,dano furto qualificado furto qualificado, receptação furto qualificado furto qualificado furto qualificado furto, furto qualificado furto qualificado	2anos 6 meses aguardar julgamento 7meses 2anos e 9 meses 18 meses 12 meses 2anos e 3 meses 3anos e 6 meses 14 meses 2anos e 6 meses
73	falsificação de documento, furto, burla furto qualificado, falsificação ou contrafacção de documento roubo	6anos 2anos e 8 meses 3anos
74	roubo falsas declarações, furto e furto qualificado furto qualificado e roubo evasão furto qualificado furto qualificado	4anos 2anos e 8 meses aguardar julgamento 14meses 3anos e 3 meses 4anos e 10 meses 2anos e 6 meses
75	condução de veiculo sem habilitação legal condução de veiculo sem habilitação legal ofensa à integridade fisica simples roubo condução de veiculo sem habilitação legal furto qualificado furto qualificado, roubo, condução de veiculo sem habilitação legal furto qualificado, condução de veiculo sem habilitação legal ofensa à integridade fisica qualificada, roubo, violência depois da subtracção, condução de veiculo sem habilitação legal	10 meses 210 € 10 meses 26meses 10 meses 36meses 5anos 5anos 6anos e 2 meses
76	furto qualificado furto qualificado, detenção de arma proibida, dtenção de armas e outros dispositivos, produtos ou substâncias em locais proibidos furto qualificado, receptação burla	7anos aguardar julgamento 3anos 3 meses 1ano 10 mese

Anexo 12

Caracterização sociográfica dos reclusos reincidentes (continuação) - Tipo de crimes

	tipo de crime	duração da pena
77	roubo roubo burla furto qualificado furto	3anos 11meses 13 dias 3anos 300 € 4anos 3anos
78	roubo violação da medida de interdição de entrada	6anos 4meses 350 €
79	abuso de confiança, roubo, extorsão falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução furto, furto qualificado, roubo, burla, evasão, condução de veículo sem habilitação legal	2anos 5 meses aguardar julgamento 8anos 6 meses
80	tráfico e outras actividades	8anos 3 meses
81	furto qualificado furto furto	2anos 10 meses 450 € 12 meses
82	tráfico e outras actividades ilícitas, detenção legal de arma de defesa tráfico e outras actividades ilícitas falsificação de documentos	6anos 1 mês 7anos 6 meses 10 meses
83	traficante consumidor	7anos
84	tráfico e outras actividades ilícitas, tráfico de menor quantidade tráfico de menor quantidade	6anos 6 meses 1ano 8 meses
85	furto, furto qualificado, furto de uso de veículo, roubo furto qualificado	5anos 6 meses aguardar julgamento
86	homicídio, furto qualificado condução de veículo em estado de embriaguez condução de veículo sem habilitação legal	13anos 8 meses 5 meses 1ano
87	furto, recepção, tráfico e outras actividades ilícitas detenção de arma proibida ameaça furto, furto qualificado passagem de moeda falsa	6anos e 6 meses 4meses 105 dias 3anos 6 meses 15 meses
88	condução de veículo sem habilitação legal furto qualificado	6anos 6 meses 2anos 9 meses
89	tráfico e outras actividades ilícitas tráfico e outras actividades ilícitas	6anos 6anos
90	falsificação de documento, furto, burla, falsidade de depoimento ou declaração furto, burla qualificada, abuso de cartão de garantia ou de crédito, aguardar julgamento, falsificação ou contrafacção de documento falsidade de depoimento ou declaração, tráfico e outras actividades ilícitas transgressão/contravenção	6anos 6 meses aguardar julgamento 3anos 4 meses 66,30€
91	furto qualificado	3anos 9 meses



# Anexo 13

## Guião de Entrevistas

### 1. Identificação

Naturalidade

Data de nascimento

Residência (concelho)

Estado Civil

Idade da conjugue/companheira

Profissão

Filhos

Sexo

Idade

### 2. Antecedentes Criminais

Esteve preso antes? Quantas vezes?

Em que estabelecimento prisional?

Quais foram os crimes? Em que circunstâncias ocorreram?

Beneficiou de medidas de flexibilidade?

Como foi o apoio na cadeia? Que carências sentiu a este nível?

### 3. Situação Jurídico-penal

Data da prisão

Data de entrada no Estabelecimento

Tipo de crime e circunstâncias/motivos

Pena

Já está a beneficiar de medidas de flexibilização da pena?

Com que frequência recorre ao acompanhamento técnico?

### 4. Escolaridade

Habilitações escolares à entrada?

Completo algum grau de ensino durante a pena anterior? Está a frequentar a escola?

Que importância atribui aos estudos?

### 5. Profissão

Que profissão exercia? Por conta de quem? Há quanto tempo?

Se está a trabalhar no EPC, qual a ocupação laboral?  
Tirou ou está a tirar algum curso de formação profissional? Qual a perspectiva da utilidade do curso ?

## 6. Situação Habitacional

Com quem vivia antes de ser detido? Há quanto tempo?  
Casa própria ou não?  
Localização da residência?  
Situação económica?  
Que relação existe com os familiares?

## 7. Infância e Adolescência

Como foi a adaptação à escola primária?  
Como era a relação com os outros?  
Quando se deu o abandono escolar e porquê?  
Como ocupava os tempos livres?  
Pertenceu a grupos religiosos, desportivos ou outros?

## 8. Situação Clínica

Tem algum apoio a nível psicológico ou psiquiátrico?  
Está inserido em algum programa de tratamento por consumo de droga? Há quanto tempo? Resultados?  
Tem alguma doença que precise de acompanhamento?

## 9. Rede social de apoio

Que apoio teve quando saiu em liberdade pela última vez?  
Com quem foi viver? Regressou ao meio em que estava anteriormente?  
Encontrou emprego?  
Como foi recebido pela comunidade, familiares e amigos?  
Recebe visitas? De quem e com que regularidade?  
Quando vai de precária onde fica?  
Quando terminar a pena para onde vai?  
Na sua opinião o que falhou na sua reinserção social para ter voltado ao crime?

## Anexo I4

Tabela 9 - Consumo de substâncias

	<b>Heroína</b>	<b>Cocaína</b>	<b>Álcool</b>	<b>Cannabis</b>
<b>≤ 25 Anos</b>	7	4	0	1
<b>26 – 35</b>	52	23	9	20
<b>36 – 45</b>	49	34	8	12
<b>≥ 46 Anos</b>	9	7	2	3
<b>Totais</b>	117	33	19	36

## Anexo 15

Gráfico 2 - Consumo de substâncias



QUIVY, Raymond (2003). *Manual de investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Edições Gradiva.

Regulamento de Estágios Curriculares e Projectos Profissionalizantes 2º Ciclo de Estudos da FEUC.

RUTTER, M.Giller, H & Haggel, A. (1998), *Antisocial Cambridge: Cambridge behavior by young people*. University press.

SEGALEN, Martine (1999), *Sociologia da Família*. Lisboa: Terramar.

SILVA, A. Santos; Pinto, J. Madureira (1986), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto: Edições Afrontamento.

TORRES, Anália Cardoso, Gomes, Maria do Carmo (2002), *Drogas e prisões em Portugal*. Lisboa : CIES/ISCTE.

**Sites:**

- <http://www.dgsp.mj.pt/>
- <http://www.ces.uc.pt/>

**Legislação:**

- Decreto-Lei n° 125/2007 de 27 de Abril
- Decreto-Lei n° 265/79 de 1 de Agosto;
- Decreto-Lei. n°. 268/81 de 16 de Setembro
- Decreto-Lei n.º 823/14 de 4 de Agosto
- Lei n.º 428/15 de 31 de Agosto
- Decreto-lei n.º 6048/19 de 26 de Agosto
- Decreto-Lei n° 383/86 de 8 de Agosto
- Decreto-Lei n° 408/56 de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n° 349/91 de 18 de Setembro;
- Decreto-Lei 396-2007 de 31 de Dezembro de 2007
- DR, 1ª Série, n° 166, 29 de Agosto de 2007
- Circular n° 8/DSS/98, de 31 de Dezembro
- Código Penal.